

Orações
de Correia Garção

ÍNDICE

- Oração Primeira
- Oração Segunda
- Oração Terceira
- Oração Quarta
- Oração Quinta
- Oração Sexta
- Oração Sétima
- Oração Oitava
- Apêndice à Oração Quinta

ORAÇÃO PRIMEIRA

Em que se persuade os bem devidos louvores do nosso Soberano, sempre Augusto e Fidelíssimo, recitada na conferência da Arcádia Lusitana no dia 4 de Março de 1763

Confesso-vos, ilustríssimos, sapientíssimos e amabilíssimos senhores, que eu me vejo confuso, perplexo e cheio de temor, todas as vezes que tenho que discorrer na vossa presença. Conheço que vós me pusestes neste lugar, não só para sondardes a minha insuficiência, mas também para me promoverdes a maiores estudos. Sei qual é para comigo a vossa indulgência; que desculpais os meus erros, e que me haveis de acudir com as vossas lições. Tudo isto sei, tudo vos agradeço; mas nada disto é bastante para vencer o meu justo receio; nada disto apaga a veemente ideia que tenho concebido da vossa erudição, dos vossos raríssimos talentos. Vejo-me na presença dos melhores oradores, dos melhores filósofos, dos melhores críticos; numa palavra, na vossa presença.

Que posso eu dizer que seja digno de uma assembleia tão conspícua? Não, senhores, recitai as vossas composições, e contentai-vos de que eu as escute, que não farei pouco se compreender bem todas as maravilhosas belezas do vosso elegante, enérgico e majestoso estilo.

Se o vosso projecto é reformar a Poesia, purificar a língua portuguesa, restaurar a arte de orar, estabelecer um sistema de bom gosto, pelo meio de uma prudente crítica, com que pode contribuir para tão glorioso fim o meu fraco discurso, o meu depravado gosto, e o meu grosseiro estilo?

Mas se enfim, senhores, é indispensável que eu cumpra as obrigações deste lugar; se não é licito subtrair-me ao cargo de falar hoje na vossa presença; se devo dizer alguma coisa que seja digna da vossa atenção, resolvo-me a ministrar-vos matéria para vossas composições. Corra por vossa conta o revesti-la de sublimidade de pensamentos, de energia de dicção e de boa economia da fábula que exige a grandeza do assunto.

Tendo nós a felicidade de vivermos debaixo de um governo o mais benigno que tem desfrutado o reino de Portugal, não seria, amabilíssimos sócios, feia a nossa memória, se com ela não passasse à posteridade a notícia de que, não degenerando da filiação portuguesa, tínhamos, para mostrar-nos agradecidos, trabalhado por fazer eternas as grandes acções, as heróicas virtudes de nosso clementíssimo Soberano?

Que diriam os vindouros se lessem nas nossas décadas que em Lisboa se tinha fundado uma academia, que eram portugueses os membros dela, que estava em ditosa paz o reino todo, que a justiça brilhava incorrupta, que não se tolerava o vício, que se estimava a virtude, que florescia o comércio, que se conservavam as conquistas, ou, para melhor dizer, que reinava o augusto, o pio, o fidelíssimo Senhor D. José I e que os Arcades se esqueceram de cantar estas virtudes? Que dedicaram as suas composições e os seus estudos a objectos menos dignos e menos majestosos? Que horrorosa conjectura! Que infâmia para os nossos nomes, se os víssemos acusados de tão enorme ingratitude!

Eu me envergonho só com a primeira ideia: gela-se-me o sangue, estremeço, parece-me que foge o tempo, que chegam os séculos futuros, e que ouço detestar tão abominável tradição. Perdoai-me, senhores, esta distracção; se aqui há entusiasmo, é a força da verdade que me toca o coração, que me surpreende, que me arrebatava.

É bem vulgar o axioma de que os bens não são desejados senão quando se perdem. Vivemos no centro da paz: não conhecemos a nossa felicidade. Talvez que os soldados

se queixem de não haver guerra; talvez que o piloto murmure de que não saiam armadas. Chamam a isto não sermos conhecidos no mundo. Lembram-se das expedições que nos ganharam tantas conquistas. Trazem sempre na memória o Campo de Ourique, Aljubarrota, as Linhas de Elvas. Mas não computam as despesas de uma longa guerra, o sangue que custa qualquer vitória, os incômodos de uma contribuição, a violência das reclutas e as feias consequências da licença militar.

Pode-se interprender com justiça uma guerra; pode-se avançar o exército com vantagens. Tudo pende da fatalidade de um dia: pode ser obrigado a retirar-se precipitadamente; podíamos ver a nossa capital cercada de tropas inimigas. Então tudo seria espanto, tudo confusão; todos detestariam a guerra e chorariam pela paz. Se fítarmos a consideração em uma cena tão funesta; se virmos alijar as bombas, cair os edifícios, atear-se um voracíssimo incêndio, derramarem-se pelas ruas as aflitas mãos com os inocentes filhos, espavoridos do estrondo da artilharia, as donzelas desamparadas, cobertas de pó e de sangue, os cansados velhos não podendo fugir, finalmente, os nossos esquadrões atropelando os seus mesmos compatriotas, os soldados inimigos...

Basta, senhores; não é preciso mais; levantemos os olhos para o nosso clementíssimo Rei, para aquele astro de paz, de abundância, que nos livra de tantas calamidades. Que odes, que versos não merece? E se o sofrera a nossa religião, que hinos lhe não cantaríamos? Que altares lhe não ergueríamos? Não os merecia mais Augusto; nem Horácio tinha mais razão para jurar pelo seu nome.

Se quem tem um largo conhecimento da matéria que pretende expor nos seus poemas lhe não falta a energia nem a elegância, quem desejará cantar as reais virtudes de um tão grande Rei, que não tenha fertilidade na fantasia, graça nas palavras e força nos pensamentos? Que falta pois, nobilíssimos sócios, senão principiar? E que vos demora?

Talvez com profundo respeito receais que no augusto coração não sejam bem recebidos os vossos louvores? Dizeis-me que entre as grandes virtudes deste bom príncipe brilha a modéstia; que é ela a que aparta do trono a infame adulação. Assim é. Mas a Verdade, a Verdade é que domina naquela grande alma.

Se nós para louvarmos o nosso Soberano, nos fosse preciso tecer elogios mentirosos, invectivas contra os vícios, seria justo o nosso receio. Mas cantar virtudes verdadeiras, acções notoriamente grandes, efeitos da demência, da justiça, da generosidade, não pode deixar de ser uma acção bem aceita daquele ânimo justo que não costuma deixar a virtude sem prémio.

Há poucos tempos que a Divina Providência quis que os Portugueses sofressem os golpes de um horroroso flagelo. Chegou o grande instante: revolveu-se o pavimento, da cidade; caíram com feio estampido as torres, os templos e os palácios. Tudo foram lágrimas, tudo espanto, tudo confusão! Que memorável dia! Saímos das ruínas das nossas casas, deixando ali tudo quanto é necessário para a comodidade da subsistência da vida. Refugiámo-nos no campo e insensivelmente se nos foi apresentando tudo quanto podia remediar-nos e ajudar o nosso novo estabelecimento. Que impulsos de compaixão, de demência, não moveram o augusto coração de um bom rei, quando pôs os olhos na calamidade pública? Que ordens, que determinações não saíram daquela grande alma, em socorro dos afligidos Portugueses! Grande rei! Rei sábio! Rei pacífico! Rei clemente!

Que mais heróico assunto, amabilíssimos sócios? Certamente que não teve Horácio, nem Virgílio, outro tão cheio de verdades maravilhosas, nem tão susceptível de belezas poéticas!

Não é menos digna de elogios a sábia eleição que este Monarca faz de seus

ministros. Que excelentes poesias se não podem compor, querendo mostrar o aumento do comércio! A nova economia das conquistas! O grande projecto do estabelecimento das fábricas! A disciplina das tropas! As leis que quotidianamente se estão promulgando, dirigidas todas a refrear os vícios que fomentam o espírito da ambição ou do litígio! Elas só farão novo código, que será o facho da história portuguesa, em que melhor se veja, não sem admiração, a felicidade que tivemos os que vivemos debaixo de um tão feliz governo e sábio ministério.

Sim, senhores, eu estou já vendo que nos vossos corações faz uma notável impressão este discurso, já estais resolutos a sacrificar todas as vossas forças a tão honroso trabalho. Parece-me que já estou ouvindo as singulares composições com que mostrais bem recebido o meu arbítrio.

Se a soberba dos Romanos edificou o Capitólio; se fez deste edifício o sacrário da heroicidade só para ser agradecido aos valerosos capitães que conservaram por longo tempo a felicidade da república e a glória da nação; nós, que podemos levantar estátuas mais duráveis aos nossos heróis, isto é, que podemos fazer eternas as grandes acções, transmitindo-as à posteridade nos nossos escritos, com que inércia os deixaremos sepultados em um ingrato esquecimento? Se de justiça devemos este obséquio, se é credor dele um Rei o mais amável, o mais clemente, que nos ata? Que nos demora?

Tem tanta força a justiça desta causa que a mim me parece que já nos vossos semblantes descubro algum gesto que me repreende.

A Verdade não precisa de defensores. Vós, melhor do que eu, conheceis e observais este magnífico assunto. Há muito que premeditais expô-lo ao mundo nos vossos elegantes poemas. Não foi ingratidão, não foi descuido, se tardastes em intentar a grande obra. Quisestes delineá-la com prudência, fundando-a nas sólidas bases da Verdade, mas a modéstia vos deteve os passos, não pensando que a Divina Providência nunca tira dos tesouros da sua bondade as grandes almas que fazem felizes os povos, que são as delícias da sua nação, sem formar espíritos capazes de serem panegiristas de suas ilustres acções: não devíamos conhecer um príncipe tão benemérito, sem tão excelentes poetas.

Não houve Aquiles sem Homero, nem Augusto sem Virgílio.

ORAÇÃO SEGUNDA

Em que se intima e persuade aos Arcades se interessem em cumprir as leis da Arcádia que eram empenharem-se com todo o esforço na restauração da Eloquência e antiga Poesia portuguesa, recitada na conferência da Arcádia Lusitana no dia 8 de Maio de 1758.

Nobilísimos e sapientíssimos Arcades:

Se a opulência da matéria pode fertilizar a ideia do orador, se lhe pode dar força, energia e elegância para mover, para arrebatat e para persuadir, certo estou eu, ó Arcades, de que hoje poderei com minha oração dominar vossos ânimos, ganhar vossa atenção e benevolência.

Sois Arcades, sois Portugueses. Fala convosco um compatriota:, e não pretende mais do que obrigar-vos a cumprir o que dispõem as leis da Arcádia, o que exige a vossa honra, e o que se deve à glória da Nação, do Estado e do Príncipe.

Já vejo que todos estais suspensos, e que talvez não falta quem diga: Que homem é este, que sempre excogita para assunto das suas orações objectos fantásticos? Que nos acusa de crimes, que nós não cometemos, e que devendo aprender connosco a urar, tem degenerado em declamador?

Mas também eu, ó Arcades, vos pergunto: E se este declamador vos narrar factos incontestáveis, se produzir documentos autênticos, se tratar duma matéria *per si* mesma grande, magnífica e capaz de levantar a reputação da Arcádia, chamar-me-eis orador? Confessareis que tenho aprendido convosco? Que vos imito, e que mereço ser admitido a falar em vossa presença?

Pois, Arcades, hoje não quero senão mostrar-vos que o pacífico e próspero reinado do nosso clementíssimo Soberano está clamando que cumpramos o que prometemos; quero dizer: que séria e inalteravelmente nos apliquemos com todas as nossas forças ao honrado trabalho de restaurarmos a Eloquência e Poesia portuguesa. Sem a fundação de uma Arcádia seria impraticável o magnífico projecto de restaurar estas duas divinas artes, em que se apoia a duração da sociedade, de que depende a memória dos homens ilustres, e não poucas vezes, a conservação da República; isto reconheceram os Médicis, as Cristinas, os Pedros Grandes, Luís XIV e D. João o V.

Que importa que entre uma congregação de homens, ou bárbaros ou ignorantes, haja um Homero ou um Demóstenes? Isto fará que religiosamente se guarde a pureza da linguagem, a energia da dicção, ou verosimilidade de pensamentos? Persuado-me que este homem será obrigado a calar-se, a esconder as suas obras e a suspirar no seu gabinetes enquanto o resto da Nação prostitui o crédito de todos, divulgando escritos de que os estrangeiros ou zombem ou se compadeçam.

Corre o tempo; atea-se a epidemia; desprezam-se os bons autores; não vale o exemplo da Antiguidade; apaga-se a memória da Arte; e finalmente se transforma o génio da Nação. Se no fim desta época apparecesse uma alma capaz de atalhar o dano, acha já com tantas forças o inimigo que, ainda que adquira a honra de atacá-lo, raras vezes colhe os louros do triunfo. São tão frequentes e talvez tão domésticos os exemplos, que não devo respeitá-los. Prouvera a Deus, ó Arcades, que ainda hoje em Portugal não avultassem mais as ruínas deste geral destroço do que as miseráveis relíquias da restituída Lisboa. Só uma academia, uma sociedade de homens sábios, zelosos do bem e da honra da sua Pátria, é o Alexandre que pode cortar este nó

gordiano, é o Aquiles de que pende a expugnação de Tróia.

Vós, mesmos, senhores, conhecestes a força desta máxima; a adoptastes, e vós a tendes felizmente praticado. Mas não reparais, senhores, que esta empresa é trabalho de um Rei sábio, de um Rei grande? Nós podíamos sofrer sobre nossos ombros peso tão formidável? Não, senhores; a outro se deve a restauração da Eloquência e da Poesia. Um Soberano que Deus criou para pai de seus vassallos; um Príncipe que nós amamos e que nos ama; um Rei tão grande que não necessita de conquistas para fazer respeitado seu augusto Nome; um génio dementíssimo, amante da paz e das ciências: este foi o novo astro que influiu tão gloriosa revolução no Portugal literário.

Ó paz, santíssima paz, dom celestial: tu que afugentas os vícios, que conservas a religião, que produzes a abundância, que defendes a honestidade que animas as Artes e Ciências: ó paz, a ti, santíssima pai, devemos o felicíssimo reinado do amabilíssimo Augusto português: tu no-lo conservas, tu fazes gozar da pública tranquilidade de que necessitam as Ciências e as Artes.

Não vos pareça, ó Arcades, que um Soberano só protege as academias; mandou-lhe passar um alvará e uma provisão régia. Talvez que esta protecção não seja a mais eficaz. Enche de vaidade os membros da Academia; e, honrados com título, adormecem, desprezam a glória que só adquirem com o trabalho; esquece-se a instituição, e se se ajuntam, não se colhe de suas assembleias mais fruto do que o aparato. A verdadeira protecção consiste na tranquilidade pública, na paz e na abundância.

Agora provar-vos-ei, ó Arcades, que devemos esta venturosa situação à sabedorias do nosso augustíssimo Soberano. Mostrarei que restaurou, ou para melhor dizer, que fundou o comércio, aquele admirável apoio da Monarquia, de que pendem as forças da Nação, a magnificência do Príncipe e a reputação do Estado; aquele negócio fundado na boa: fé e na verdade; aquele que honram as leis, aquele que tem feito gloriosas e florentes tantas monarquias.

Deverei provar que este grande Rei, para sustentar o novo comércio, lhe franqueou os meios de formarem tão importantes fundos, que concedeu privilégios e que lhe deu navios? Vós não sabeis, ó Arcades, para que se fundou um Tribunal de Comércio? Quem ignora a severidade com que se proibiram os contrabandos? E a magnificência com que se fundaram fábricas? Pois a que se dirigia todo este aparato? Que desejava o coração deste amabilíssimo Príncipe? Não era a nossa tranquilidade, a pública abundância e a segurança do Estado? E se faltasse este apoio às artes e às ciências, quem poderias restabelecê-las? Qual seria o Alcides que vencesse este trabalho? Se um príncipe imprudente ou ambicioso desejasse as províncias alheias; se para devastá-las ou para possuí-las, levantasse numerosos exércitos, lançasse pesados tributos, fizesse inumeráveis reclutas; se nos estrugisse a artilharia; se nos incomodassem os quartéis; se nos algemassem os inimigos, quem estudaria? Quais seriam nossos versos? Que força teria a Eloquência portuguesa?

Sem revolvermos muitos livros, fitando a nossa contemplação unicamente na história das letras, acharemos com facilidade que os bons séculos nasceram nos braços da paz; duraram, enquanto durou a tranquilidade pública; e acabaram, tanto que se arvorou o estandarte da guerra. Grécia, Roma, Itália, França e Portugal ainda nos oferecem em seus anais incontestáveis exemplos desta verdade. Quem fez emudecer a língua de Cícero se não quem destruiu a paz, aquela mesma paz que talvez se devia em grande parte à eloquência do Orador? Finalmente, para que me canso em amplificar o que vós sabeis, e uma matéria que, para ser grande e majestosa, não necessita nem dos adornos, nem dos auxílios da Retórica?

Mas, ó Arcades, se nós conhecemos esta verdade, se não somos tão ingratos que neguemos este benefício, para que nos esquecemos da nossa obrigação? Que

esperamos? Que nos acobarda? Que nos prende? Não deixemos, senhores, não deixemos passar inutilmente um tempo tão precioso: agora, é que devemos honrar-nos de sermos Arcades, de cumprirmos o que devemos a um Príncipe tão digno de ser honrado. É, Arcades, é tempo de lhe pagarmos tanto benefício; não como nós devemos, mas como nós podemos. Trabalhemos seriamente em adiantar os progressos de tão ilustres faculdades. Façamos tão glorioso quanto é feliz o século de D. José o I.

Aqui deveria eu propor-vos o método de conseguirmos esta empresa e de verificarmos tão soberbas esperanças; mas eu falo com Arcades, falo convosco que bem sabeis qual é a estrada que devemos seguir para adiantar o progresso de tão ilustre sociedade.

Frequentar as assembleias é sem dúvida a primeira pedra deste sumptuoso edificio; mas frequentar sem método e sem proveito, é deixar a máquina sem alicerces. Qual seja, ou qual devia ser este método, é matéria para que não bastam as minhas forças. Depende de que todos nos ajuntemos, de que cada um com ingenuidade proponha o seu arbítrio, de que se tome a mais prudente resolução, e de que se observe constante e religiosamente o sistema que sair aprovado.

Mas para que me canso, ó Arcades? Quem dá ouvidos à oração do Presidente? Ou quem lhe deu autoridade para deliberar? Basta fazer um discurso em louvor da Academia; ou, para melhor dizer, basta enganá-la com detestáveis lisonjas; não é este negócio tão sincero que mereça mais ponderação do que sofrer um papel em prosa, que sempre é fastidioso; e muitos são de parecer que se devem suprimir, pois não servem de mais do que de fazer compridas as lições.

Ah! Senhores, que violento furor, que ira, que indignação me não possui, quando me lembro que estes pensamentos nascem entre homens sábios, entre nós, entre Arcades! Queremos restaurar a eloquência, e não podemos sofrer que se exercite! Bastará ler Cícero, Quintiliano e Aristóteles para se formar um orador? Sabe os nomes dos tropos e das figuras, sabe o que é exórdio, e pode orar? E Cícero tremia porque lhe faltava o exercício!

Perdoai, ó Arcades, esta liberdade, que é filha do zelo, com que amo a vossa reputação e o crédito da nossa Arcádia: se quiserdes refrear o meu atrevimento, vede que é sincero e justo cumprir o que prometestes de ser útil à Nação, fazendo honra à Pátria. A venturosa paz é o principal, digno objecto; pois nos conserva nosso clementíssimo Rei, e por ele nos vêm as felicidades de que gozamos, a tranquilidade pública, os presentes e futuros interesses para esta Monarquia; tudo, Arcades, tudo isto argui, e vos obriga, porque assim o prometestes. E quem não dirá não serdes obrigados a cumprir vossa palavra?

Disse.

ORAÇÃO TERCEIRA

Em que se declama contra a falta de aplicação dos Arcades aos estudos, notando-os esquecidos já das leis da sua empresa e obrigações dos seus Estatutos, recitada na conferência da Arcádia Lusitana no dia 30 de Junho de 1759.

Amantíssimos e sapientíssimos Senhores:

Se as circunstâncias do lugar e a distinção dos ouvintes podem assustar alguma vez o ânimo do orador, que cobarde, que temeroso, não venho hoje falar na vossa presença? Não houve preceito que me obrigasse; não é a abundância que me desculpa; nem o escrutínio, nem a vossa eleição me nomearam presidente. Quem deixará de acusar a minha afoiteza e o meu atrevimento?

Parece-me que, ainda que a modéstia que governa as nossas acções vos obriga a dardes-me atenção, não se livrará de estranhar a vossa ideia que um homem destituído de todos os talentos e tão pouco versado em matérias de eloquência, não tenha pejo de frequentar uma cadeira em que desmaiaram os Cíceros e os Demóstenes. E quanto será mais pesada vossa repreensão, se souberdes, 6 Arcades, quem venho substituir?

Confesso-vos, Senhores, que esta reflexão me envergonha, e me confunde O profundo conhecimento da arte de orar, a pureza e energia da frase, a sublimidade dos pensamentos, a boa ordem, a vasta erudição do nosso sábio pastor Matalézio Klasmeno, não são estes talentos uma das mais sólidas colunas em que se apoia e em que descansa a glória e a honra da Arcádia? E se eu tenho que suprir a falta deste famoso pastor; se voluntariamente tomei sobre meus ombros este formidável peso, como poderei consegui-lo? Quem deixará de estranhá-lo? Ou qual de vós será tão indulgente que se abstenha de repreender-me?

Assim é, ó Arcades. Mas se a importância da matéria pode, de algum modo, relevar a baixeza do estilo, a falta de disposição e de veemência, procurando assim com minha oração interessar-vos no adiantamento da reputação da Arcádia; se vos descobrir o caminho que deveis trilhar para alcançardes maior nome (se é possível) e mais honrada fama, porque me não ouvireis? Quantas vezes não vemos nós em inexpertos praticantes governarem com felicidade o mesmo leme que tocaria os cachopos na mão dos mais famosos pilotos?

Logo que fundámos esta nossa sociedade, me interessei tanto nos seus progressos como se a causa fosse só minha, trabalhei convosco quanto o permitiram minhas débeis forças. Tentámos aqueles caminhos que nossos compatriotas ou desprezavam ou não conheciam. Fizemo-nos famosos, conseguimos que o Ménalo seja nomeado com admiração e com respeito; que se leiam, que se busquem e que se estimem nossas obras.

Assim é, ó Arcades; mas seja-me lícito perguntar-vos: E está assim satisfeita a nossa obrigação? Não era o nosso projecto restabelecer a boa Poesia e a verdadeira Eloquência pelo meio da mais severa crítica? A invenção da nossa empresa está verificada? Teve já a sua devida observância entre nós? Sujeitámos à crítica nossos escritos sem aborrecermos nossos censores? Reina entre nós aquela sinceridade com que reciprocamente devemos despir-nos de paixões particulares, e sacrificarmo-nos, e nossos estudos, à causa comüa, à honra da Pátria e à glória da Academia?

Não sou eu, ó Arcades, tão lisonjeiro que me atreva a dizer-vos que está completo este grande projecto, que pelejamos e que vencemos. Não, senhores, antes sinceramente vos confesso que não levantando nunca de semelhante ponto a minha contemplação,

cheguei a persuadir-me que um certo espírito de vaidade, uma quase invencível negligência, uma certa cobardia que nos ata e que nos prende, nos precipita a cairmos em repreensível letargo e reiterados absurdos.

Parece-me que temos nas mãos a planta de uma populosa cidade, que abrimos numa parte um profundo alicerce, que levantamos na outra uma soberba coluna. Está cortada a pedra para a grande obra; não faltam os obreiros, e talvez sobejem os arquitectos; mas apesar de todo este magnífico aparato, a cidade não pode alojar os habitantes de uma aldeia! E quem susterá o riso, vendo este ridículo painel? Chamar-me-eis insolente, porque vo-lo ponho diante de vossos olhos? Assim o julgariam a malícia ou a desconfiança, se eu não aparecesse na cena, se não fosse actor da tragédia.

Permiti-me, Senhores, que discorrendo em tão importante matéria, possa falar livremente, possa dizer o que entendo. O projecto do estabelecimento da Arcádia foi grande, foi majestoso, foi útil e era necessário. Os Estatutos com que ela se fundou eram sólidos, apoiados na razão e na prudência, e concernentes ao glorioso fim a que se dirigiu o nosso trabalho e a nossa esperança. Os ânimos estavam dispostos, ou ao menos os semblantes: chegou a desejada ocasião, mudaram-se os bastidores, desapareceu a sinceridade, confundiu-se a boa ordem, enchemo-nos de um terror pânico, não pudemos sofrer a crítica; apoderou-se de nós a soberba, cresceu o ódio, e, se não se reformasse a lei, já então ficaria despovoada a Arcádia, o Ménalo sem pastores, e nós, em vez de amigos e de companheiros, jurados inimigos uns dos outros.

Que fatal exemplo da inconstância e da fragilidade dos homens! Serenou-se a tempestade, ficámos contentes e satisfeitos; porque ficámos com liberdade de chamarmos bom ao que era mau, livres da custosa obrigação de discernirmos o falso do verdadeiro, senhores absolutos do Parnaso, com a amplíssima faculdade de infringirmos, caçarmos, ou derrogarmos as mais preciosas leis da Poética e da Retórica.

E que fizemos? Clamávamos contra os miseráveis seiscentistas, contra o mau gosto da Nação; chorávamos pelos bem-aventurados dias de Camões, de Bernardes e Ferreira; comprávamos a todo o custo as suas obras, como que fosse o mesmo tê-las que imitá-las. Entrámos a chamar ode ao que era idílio, idílio ao que era sátira, sátira ao que era ditirambo; numa palavra corria com passos tão acelerados a nossa decadência que já parecia inevitável a última ruína, ou ao menos se deveria julgar impossível o remédio destes danos.

Aqueles pomposos desígnios de domar o génio da Nação, fazendo, que a crítica fosse recebida como conselho e não como ofensa, aquela magnífica ideia de banir da Poesia portuguesa o inútil adorno de palavras empoladas, conceitos estudados, frequentes antíteses, metáforas exorbitantes e hipérboles sem modo, introduzindo em nossos versos o delicioso e apetecido ar de nobre simplicidade, foram os dois pólos que primeiro perdemos de vista. Ergueram a cabeça esses mesmos vícios que prometíamos e jurávamos reformar ou reprimir, ficando tolerados, ou por inércia ou por cobardia, ao mesmo passo que o podão pintado em nosso escudo ameaçava ou fazia rir aos estranhos.

Não vos pareça, ó Arcades, que debaixo destas palavras, em lugar de um verdadeiro zelo, que me move e que me atormenta, se encobre, ou o veneno da sátira, ou uma simulada maledicência.

Não, senhores, sou eu o primeiro que, apesar destas desordens, conheço, admiro e divulgo as raríssimas belezas poéticas que brilham em nossos escritores; os sublimes talentos de que sois dotados; confesso, sem o menor espírito de adulação, que muitas de vossas composições podem dar aos nossos contemporâneos uma clara ideia da boa poesia e da verdadeira eloquência. Mas isto, senhores, não basta; nós prometemos mais, não nos ajuntámos para as coisas ficarem no seu antigo estado. Serdes vós grandes

poetas e grandes oradores, e ser eu medíocre em qualquer destas duas faculdades, é um fenómeno que appareceria ainda que não houvesse Arcádia; e talvez que menos injuriosa me seria a minha ignorância se, livre de funções da Academia, deixasse de expor ao público a minha incapacidade.

Desta lastimosa falta, que eu lamento, e de que talvez se queixarão, outra nasce, e é, Arcades, da repreensível indolência que reina entre nós. Entregues a uma vergonhosa indiferença, deixamos passar os dias como se não tivéssemos mais que fazer, como se nos não obrigássemos a mais louvável trabalho, como se não houvéssemos de dar conta ao público do tempo que consumimos inutilmente, ou como se ele se pagasse de puerilidades, ou se governasse pelos mesmos respeitos que nos arrastam e nos constroem a cometermos estes abusos.

Se eu clamar que aprovei este ou aquele poema porque era do meu amigo, ficará desculpado o autor? Haverá homem prudente que aprove o meu frouxo procedimento? Se eu não quis sujeitar à censura os meus escritos porque, cheio de amor próprio e de soberba, julguei que não havia na Arcádia quem devesse ter o atrevimento de censurar-me, haverá quem se não ria de mim? Será bastante apologia divulgar que ninguém na Arcádia faz melhores os versos do que eu? Não acharei quem me responda que daí o que se segue é que todos somos péssimos poetas? Certamente que, estes presságios, não é preciso conhecer as estrelas para poder anunciá-los. A experiência acaba de mostrar-nos que, se o uso da crítica se tivesse conservado em seu vigor, seriam dignos de honra e de louvor os progressos da Arcádia. Quem foi tão bárbaro que deixasse de estimar que o colégio censório estivesse potente para rever e purificar as obras que queremos imprimir? Não ficámos desenganados de que a censura não era o patíbulo; e que em vez de infâmia, resultava dela maior crédito a quem por este meio dava aos seus escritos o último verniz? Reprovaram-me a minha composição, e que injúria me fizeram? Juraram-me de ser eternamente a fábula do povo, e de ter nos exemplares da colecção um espectro que me vexasse, que me perseguisse e que me atormentasse?

Advertiram-me, como amigos, e entre os estranhos acharia cruéis e inumeráveis Radamantos. Cairia sobre mim a formidável chusma de espíritos insolentes e ociosos que se cevam e parece que se nutrem de criticar, ou para melhor dizer, motejar e detrair quanto se escreve, que não perdoam uma vírgula, e que sabem de cor as regras da gramática e da ortografia; aqueles que têm na sua mão a craveira dos juizes, e que só aprovam as obras de seus amigos.

Estareis talvez persuadidos de que estou satisfeito de mostrar-vos que a crítica é o único meio que temes de conseguir que cheguem à posteridade nossos escritos, e que, frequentando mais as censuras, poderemos atalhar estas desordens e avançar a nossa reputação. Mas eu ainda olho para mais longe; ainda vos peço maior reforma. Não basta criticar o que se faz, é preciso ensinar o que se há-de fazer.

Sim, sapientíssimos Arcades, é preciso que nos apliquemos com método e com frequência a explicar as regras mais difficultosas da Poesia e da Retórica, de sorte que qualquer de nossos sócios possa conceber uma clara ideia destas faculdades, e seguir uma uniforme doutrina. Devemos empenhar-nos em que brilhe geralmente nas composições de nossos pastores a mesma pureza da língua e a mesma graça de estilo, a mesma magnificência de imagens, a mesma perfeição de arte; numa palavra, o mesmo gosto, e até, se possível fosse, o mesmo génio. Então seria útil a Academia, então poderíamos jactar-nos de sermos os fundadores de tão sumptuoso edifício, então confessariam nossos compatriotas que fazíamos o século do nosso adorado e clementíssimo soberano mais distinto e mais famoso do que o de Augusto, de Pedro Grande e de Luís XIV.

Para conseguirmos este glorioso fim, não será preciso que cada um de nós

componha uma Poética ou uma Retórica; as mesmas dissertações que os árbitros repetem nas conferências e a oração do presidente, havendo a providência de lhe ter distribuído a matéria por pontos ou questões que tenham conexão umas com as outras, poderão conduzir-nos tão longe sem que cheguemos cansados ou que desmaiemos no caminho. O fruto que se deve esperar deste trabalho é certamente inestimável, e eu vos prometo que chegueis a colhê-lo se, aprovando o meu arbítrio, nos levantarmos do vergonhoso letargo em que jazíamos.

Não creio que haja entre nós quem me pretenda reclamar a liberdade com que foi fundada esta Academia; circunstância corri que ouvi já qualificar a sua excelência, ou talvez arrogar-lhe a primazia. Quem não vê quanto é mais útil e proveitoso tratar com método esta ou aquela faculdade, do que hoje disputar sobre a tragédia, amanhã sobre a história, depois tratar das éclogas, e logo de questões de orador? Que mais poderia fazer quem tivesse o malvado desígnio de atormentar a memória e o juízo dos ouvintes? O agrado que traz consigo a variedade e que tem já passado a axioma, é a perniciosa origem de que nascem todas as desordens. E que terríveis danos não tem ela causado na república das letras? Com tão esquisita doutrina se resolveram poetas dramáticos a misturar o Soco com o Coturno; foi o berço da tragicomédia, dos acrósticos e dos labirintos, verdadeiros monstros, a que bem podemos chamar Sonhos *de um doente*.

E que estes vícios reinassem entre o vulgo, que fossem sustentados por medíocres poetas, ou para melhor dizer, espúrios trovadores, não me admirara; mas que uma companhia de homens doutos, que se levantou para restaurar o bom gosto, haja de adoptar os mesmos dogmas e que não trabalhe quanto pode, e como deve, para conseguir o que prometeu, é o mesmo que abrirem-se os montes e sair um ridículo ratinho. Que general será tão louco que empreenda tomar uma praça sem dispor o sítio, formar as linhas, montar as baterias, avançar os aproches, bater a brecha, e escalar as muralhas? Bastará dizer que vai render Bergabzum? Haverá quem o creia, vendo que o exército, à vista dos muros ameaçados, consome os dias em jogos e banquetes; que reina no campo um profundo sossego, como se estivessem em segura paz, e que apenas há quem se lembre do projecto?

Não adormecemos, ó Arcades, a o som de uma aura popular, que hoje nos levanta às estrelas e amanhã nos há-de precipitar no abismo, sendo a primeira que cruelmente devore a nossa reputação. Estes aplausos são nuvens que qualquer zéfiro as dissipa. Cuidemos estabelecer a nossa memória em mais sólidas colunas, que resistindo à força do tempo, possam transmiti-las à posteridade. Que proveito me resulta de que, ou por ignorância ou por cerimónia, gabem alguma composição minha, se eu mesmo, agitado de uma espécie de remorso desconfio dos aplausos e sinto as dores de que anda achacado o papel?

Evitemos este dissabor com o remédio da crítica; e para que haja tempo em que nem dela necessitemos, tratai de formar um sistema de bom gosto pelas mais irrefragáveis regras da Poesia e da Eloquência. Ilustrem-se os Aristóteles, os Demóstenes, os Longinos, os Horácios, os Cíceros e os Quintilianos; seja este nosso trabalho e nossa ocupação. Ponhamos em mais sossego as Musas; deixemo-las restaurar as forças, que estão cansadas de tão contínua tarefa. Apareçam depois mais fortes, mais engraçadas e mais dignas de assistirem com novo alento à sombra dos pinheiros do Ménalo.

Eis aqui, ó Arcades, as ideias que há muito revolvo na memória; até que instigado do zelo com que estimo a vossa reputação, não sube guardar em segredo, persuadindo-me que era culpável um silêncio de que resultava tanto prejuízo à glória comua desta sociedade. Dar-me-ei por bem pago do meu desejo, ou por absoluto da minha audácia, se for tão feliz que chegue a ver que vós, compadecidos da minha incapacidade, entrais

no projecto de instruir-me, e que o público, reconhecendo que cumpris o que prometestes, vos honre com os soberbos títulos de *Bons Compatriotas*, de *Verdadeiros Sábios*, de *Restauradores do Crédito e Glória da Nação*.

ORAÇÃO QUARTA

Em que se trata de conciliar a seu favor as vontades dos Arcades contra falsas apreciações que se haviam levantado.

...Prima est haec ultio, quod se iudice nemo nocens absolvitur...

Ex Juvenal, Sat. 13

Não creio, ó Arcades, que em vossos corações se pervertesse a antiga severidade de costumes com tão violenta metamorfose que, para conciliar-me convosco, me seja preciso cantar a palinódia. Vós estais ofendidos? Eu ultrajei-vos? Haverá entre nós algum espírito tão escravo da vanglória que não possa nem se atreva a sofrer a verdade? Chamar-me-eis atrevido porque sou zeloso da honra e do crédito da Arcádia? Porque não sei lisonjear-vos com fantásticas esperanças? Porque vos não atribuo, se possível é, maior merecimento do que o vosso? Ou finalmente porque não me atrevo a divulgar com soberba jactância que restaurámos a boa Poesia e a verdadeira Eloquência, que pelejámos e que vencemos?

Não, Arcades, não sou tão ingrato que vos julgue destituídos de piedade e de benevolência. Tenho reiteradas provas de que sois indulgentes para comigo. E se em minhas obras há algum sólido merecimento, a quem devo esta vantagem senão a vós, às vossas lições e ao vosso exemplo? Mas como não há juiz mais recto do que a própria consciência, como não há mais intolerável castigo do que o remorso, eu sou o mesmo que me acuso e me condeno.

Confesso-vos, ó Arcades, que foi indiscreto o zelo com que me atrevi a imputar-vos um crime que vós não tínheis cometido. Um tão vergonhoso, como seria faltardes à vossa palavra; esquecer-vos da glória da Nação e desprezar os interesses da Pátria. Estas eram as funestas consequências que traria consigo qualquer desunião que se levantasse entre nós. Ou se, possuídos de mais atrevidos desejos, desamparássemos o Ménalo, porque o julgávamos pequeno teatro para nossos acelerados progressos.

E quando eu via que os Arcades desejavam que se não demorassem as sessões, que se não negasse ao público o gosto de ler os nossos escritos; quando via crescer o número dos pastores do Ménalo; quando achava de cada vez maiores e mais extraordinárias belezas poéticas em vossos versos; quando ouvia orar com eloquência, com força e com energia, como me atreveria a proferir que a Arcádia estava exposta à menor decadência? Porventura devia julgar-vos tão cobardes que se pudesse esperar de vós que cedêsseis aos prognósticos da inveja?

Havia quem dissesse que não havia Arcádia; mas havia Arcádia. Havia quem dissesse que os Arcades emudeceram; mas os Arcades não emudeceram. Havia quem dissesse que os Arcades já não se ajuntavam no Ménalo; mas os Arcades ajuntavam-se no Ménalo. Finalmente havia quem dissesse que não podíamos tornar a ajuntar-nos; mas nós quisemos ajuntar-nos, ajuntámo-nos; quisemos que houvesse uma sessão, houve uma sessão.

Devíamos dar ouvidos a quem desejava a nossa ruína, porque não podia ouvir a nossa fama; a quem queria que nos calássemos, porque não pode falar como nós falamos; a quem desaprovava os nossos versos, porque não tinham consoantes, ou porque imitávamos Horácio, Píndaro, Teócrito e Bion? A quem estranhava a nossa dicção, porque adoptávamos a de Gamões, de Bernardes e de Ferreira; a quem

desaprovava a nobre simplicidade dos nossos pensamentos, porque é escravo de Gôngora; a quem finalmente não sofre nossas orações e dissertações, porque não discutimos nelas frívolos problemas, ou porque guardamos austeramente as regras da arte de persuadir? É certo que não. É certo que não há entre nós um espírito tão humilde que pudesse sujeitar-se a tão pânicos terrores. E eu temi que acabasse a Arcádia?

Que importa, que importa que alguns ânimos malévolos procurassem desatar os estreitos laços de felicíssima união e de nossa inalterável tranquilidade, atribuindo sinistras intenções a nossas críticas e apologias, se nós as recebemos com sereno rosto, se as suscitamos e as queremos? E eu temi que acabasse a Arcádia?

Que importa que nos apontem para as Cilas em que naufragaram tantas Academias, se a nossa: dura e durará à sombra da gloriosa paz em que nos conserva o nosso clementíssimo Soberano? E eu temi que acabasse a Arcádia?

Que importa que digam que sacrificámos a particulares interesses e domésticas paixões o estudo de tão divinas artes, se nós de cada vez nos engolfamos com mais ardor na lição dos Gregos, dos Latinos e dos Portugueses; se os imitamos, se talvez os igualamos, e se algum de vós chega a excedê-los? E eu temi que se acabasse a Arcádia?

Que importa que houvesse quem chorasse com simuladas lágrimas nossa desunião e nosso esquecimento, se nós continuamos as sessões? E eu temi que acabasse a Arcádia?

Que importa que haja quem se atreva, com descoberta insolência, a zombar das nossas promessas e de nossas esperanças, se vossos escritos desempenham com honrada glória quanto prometestes; e se vosso distinto ilustre merecimento vos fazem dignos da real protecção? E temi que acabasse a Arcádia?

É preciso, Árcades, que sejais nimiamente indulgentes, se ainda sofreis que fale em vossa presença quem proferiu tão estranho absurdo, é preciso que me risqueis do catálogo dos Árcades, e que nos troncos destes pinheiros se apague o nome de Coridon. Porém, senhores, se vós, antes de proferir a sentença, examinardes a justiça da causa, achareis que no excessivo zelo da honra da Arcádia consiste todo o meu delito; achareis um Árcade que estima a reputação da Arcádia e que teme que se arruíne porque a estima. Tal é a fragilidade de nossos corações!

Quando houve avarento que não fosse cobarde? Qualquer ruído lhe congela o sangue; a leve folha de um álamo meneado pelo fresco zéfiro lhe parece um trovão; e, acostumado a temer, facilmente se persuade que há quem lhe roube os tesouros que guarda com ambição e desvelo.

Se eu me não interessasse pela vossa glória e pelas vantagens da Academia, ficaria mais descansado: quebraria as pesadas algemas que vós me pusestes, e reclamaria a minha antiga liberdade, isto é, zombaria das regras de Aristóteles, de Cícero e de Quintiliano; faria uma tragédia com a mesma facilidade com que vós compondes uma estrofe; inculcar-me-ia por poeta, por crítico e por orador; a toda a hora leria os meus versos a os mesmos a quem mil vezes os tinha repetido; não cuidaria da pureza da dicção, da harmonia do verso, da magnificência da fábula, da igualdade dos costumes, da constância dos caracteres; finalmente, faria versos sem poesia, orações sem eloquência, ou, para melhor dizer, faria quanto vós reprovais e reprovaria quanto vós fazeis.

Se, por exemplo, me encarregasse de compor uma comédia sem ler Aristófanes, Plauto e Terêncio, sem examinar no que consiste o verdadeiro ridículo, poria no teatro Jasão desembarcando em Colchos com os valerosos Argonautas, namorado de Medeia, roubar o Velocino e depois de atravessar os mares nunca de antes navegados, depois de ter quebrantado todos os encantos, de vencer dragões e conseguir tão precioso triunfo, entregar a um simples laçao um tesouro tão inestimável, só para que o botão pudesse

dizer um ridículo equívoco; não cuidaria que o protagonista fosse um zeloso ou um avarento; e isto guardaria eu para uma tragédia; seria um rei, um capitão; os amores, ainda que fossem atribuídos a um velho ou a um Gatão, seriam o sal ático das minhas cenas; arderia Tróia; apareceriam exércitos, ainda que os cavalos deitassem por terra os bastidores. E se pudesse introduzir no teatro o aparato de uma trincheira que lançasse bombas e disparasse artilheria, então ganharia uma nova fama a que não aspirou Sófocles nem Eurípedes.

Eis aqui a ruína que eu temia quando temia que acabasse a Arcádia; eis aqui perigo a que me parecia que estava exposta a Poesia portuguesa.

ORAÇÃO QUINTA

Para se recitar no acto do juramento de bandeira do Regimento de Infantaria, sendo coronel dele o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês das Minas.

Nobilísimos Senhores Officiais; nobres e honrados Camaradas.

Sempre a gloriosa reputação das armas dependeu da disciplina militar. Os povos que mais religiosamente observavam as leis da guerra, fundaram reinos, conquistaram impérios, e chegaram a ser senhores de quase todo o mundo. Assírios, Gregos e Romanos, em cujas décadas lemos ainda hoje os mais ilustres exemplos de valor, não cometeram facções pasmosas, fiados na força e número de falanges e legiões; mas sim no estudo com que à sombra da mais profunda paz aprendiam os vastíssimos preceitos da arte da guerra.

Que não fizeram poucos Portuguezes em África, Ásia e América! Se talaram campos, arrasaram cidades e subjugaram ferocíssimas nações, foi sempre a disciplina quem pisou e submeteu a desordenada multidão dos bárbaros. Esta incontestável tradição vos põe diante dos olhos a mais clara ideia das honradas obrigações de um soldado; e não será muito que em corações portuguezes inspire um ardentíssimo desejo de solenemente ligar-vos com tão santo juramento, juramento de que depende toda a fortuna da guerra.

Neste público e solene acto em que juramos as bandeiras, se obriga o regimento e nos obrigamos todos a servir como leais vassallos ao nosso legítimo Rei e Senhor, a guardar suas reais ordens, a obedecer cegamente aos comandantes, a defender as bandeiras, a não evitar a morte, a sustentar o terreno, a ganhá-lo, a não desertar, a arrostarmos sem susto com o mais formidável inimigo, finalmente a derramar gloriosamente o sangue pela defesa da Pátria, pela honra e glória de nosso clementíssimo Soberano.

Que Português ou que vassallo de tão bom rei deixará de abraçar com gosto e de observar religiosamente tão honrados preceitos? Quem haverá tão cobarde que na referta das armas e no ardor dos conflitos, alçando os olhos e pondo-os nas bandeiras de seu regimento, não haja de abalançar-se ao mais vivo fogo, que não obre prodígios de valor e de fidelidade, se, lembrado de tão santo juramento, vir que Deus, que o Rei, que a Pátria e que seus maiores lhe estão naquelas bandeiras bradando pelo desempenho da sua palavra, pela obrigação de seu officio e pela honra de toda a Nação?

Não fora estranha exageração dizer que nas bandeiras se representa o Soberano. Quem levar em seu coração bem gravada a magnífica ideia, cometerá com sereno rosto as mais árduas empresas. Quem haverá que, figurando em breve instante em sua imaginação que vê cercado de inimigos um rei, delícias de seus vassallos, pai da Pátria, pio e magnífico que observa recrescer os esquadrões; que ouve o tropel dos cavalos, o fragor da artilharia; que vê brilhar as armas; e finalmente que vê travar a peleja, não sinta inflamar-se em um generoso e indómito furor, não arranque a espada e não tema que algum se lhe adiante e lhe roube a glória de vencer ou de morrer primeiro? Quem haverá que, penetrado da mais nobre fidelidade, tema as sibilantes rociadas de mosquetaria ou não rompa os mais cerrados batalhões? Um soldado português deve olhar para a bandeira de seu regimento como para um painel que a toda a hora e a todo o instante lhe apresenta aos olhos esta pintura.

A este glorioso juramento, o qual abrange todas as obrigações da vida militar

deveu a república romana o respeitado poder das suas armas, o pasmoso progresso de suas vitórias e a incrível vastidão de seus domínios, Poucas legiões foram o instrumento de tão avantajados sucessos. Tanto pode a boa disciplina! Na guerra nunca a multidão desordenada atropelou o pequeno número bem disciplinado. Que fariam ou que podiam tentar os Romanos contra a espantosa multidão dos Galos sem disciplina; quem lhes daria forças contra os agigantados corpos dos Germanos; quem os aconselharia a desprezar o poder e arrogância dos Hispanos; quem os levaria a contrastar as estratagemas e a riqueza da África; quem finalmente lhes infundiria ânimo para vencer a arte e prudência dos Gregos, senão a boa disciplina, alcançada pelo contínuo exercício, pelo incansável estudo da arte da guerra e pela religiosa observância do juramento?

Tão honrado era o nome de soldado e tão santas as obrigações militares nos bem-aventurados dias daquela famosa gente, que era quase sacrilégio pegar nas armas e servir na guerra quem antes, com solene juramento não houvesse sido instalado na ordem da milícia! De Catão se conta que, licenciando Pompílio uma legião na qual militava o filho daquele grande patrício, e querendo o generoso mancebo ficar no exército, o velho e sisudo pai, zeloso dos antigos costumes das leis militares e da severidade da disciplina, foi o primeiro que protestou pela observância, escrevendo a Pompílio que não consentisse seu filho na tropa sem tomar-lhe segundo juramento, pois sem esta solenidade lhe não era lícito pelejar com o inimigo.

Eis aqui o peso que tão grandes homens davam ao juramento das bandeiras. A estes religiosos costumes e santas máximas de guerra deveu Roma a antonomásia de Cidade e a glória de capital de todo o mundo. A disciplina lhes infundiu valor; e o valor de seus grandes capitães e de seus obedientes e intrépidos soldados levou as águias romanas às mais remotas províncias do mundo.

Os soldados portugueses, ainda mais que os romanos, estão obrigados a defender com valor, constância e fidelidade as bandeiras de seu corpo e o guião do exército. Quase todas estas insígnias apresentam aos olhos as sagradas quinas de Portugal, ou ao menos as cores tiradas de um brasão dado pelo mesmo Deus, quando para si fundou tão glorioso império. Que soldado haverá tão infame e tão perjuro que antes não quisesse derramar o sangue e perder a vida que ver na mão dos inimigos abatidas e arrastadas tão sagradas bandeiras? Quem escolheria antes um cativo afrontoso que uma morte honrada? Quem teria valor para tornar a ver os seus amigos e parentes, infamados de tão horrenda cobardia? Como se atreveria a alçar o colo trilhado do jugo, ou que pretenderia obrar com as mãos calejadas da sogá?

Nobres e muito honrados camaradas, em vossos semblantes estou vendo a feroz indignação com que detestais tão abominável e feio procedimento; e talvez me repreendeis de lembrar-vos o que não ignorais. Assim é; mas o zelo de serviço de Sua Majestade, o amor da Pátria, me fizeram esquecer de que falava com Portugueses e com soldados disciplinados por um coronel em cujas ilustres acções e generosas virtudes tendes a mais própria doutrina da honra, do zelo e do fervor com que deveis cumprir com as obrigações de soldado.

Continuai, pois, com incansável ânimo no exercício das armas. Deste trabalho depende o bom sucesso das batalhas. Deus, El-Rei e Portugal vos entregam hoje aquelas sagradas bandeiras limpas da menor mancha de cobardia e infidelidade; e vede que ante tão grandes juizes haveis de dar conta da glória com que vo-las entregam. Aprendei a pelejar e a não temer o perigo; quem deseja a paz, prepara-se para a guerra. Não vos esqueçais de qual é a obrigação a que vos liga este juramento, e se trouxerdes presente sempre na memória e gravado em vossos corações o solene acto deste próprio dia, sereis verdadeiros soldados, vassalos de tão bom Rei e filhos de tão honrada Pátria.

Disse.

ORAÇÃO SEXTA

Oração panegírica recitada na sessão pública que os Arcades celebraram em uma das salas do Real Hospício de Nossa Senhora das Necessidades na tarde do dia 14 de Março de 1759, por obséquio às melhoras de Sua Majestade Fidelíssima o Senhor D. José I experimentadas depois do sacrílego atentado contra a sua Augusta Vida cometido na route de 3 de Setembro de 1758.

Triunfaram finalmente as reais virtudes de V. M. Levantou Deus para defendê-las o mesmo onnipotente bravo com que fundou para si este glorioso Império. Rebateu os golpes do mais execrando e abominável parricídio. Dissipou a negra tempestade que estava eminente a Portugal. E o raio que vimos aceso sobre as nossas cabeças apagou-se, desfez-se em fumo, desapareceu! Assim amparou o Céu a Santíssima Pessoa de V. M., restaurou o crédito à Nação Portuguesa, arrancou das mãos de malévolos traidores o ferro e fogo com que maquinavam assolar, a Pátria, queimar as nossas casas, demolir os templos, profanar os altares, violar as donzelas, abolir as mais, santas leis, atear a peste de intestinas discórdias e sacrificar aos seus malvados projectos os fieis vassallos e os honrados compatriotas. Está desagradada a nossa honra. Ainda há Lisboa, ainda temos Rei, ainda temos Pai.

Eis aqui, Senhor, o inestimável bem e o visível milagre que os fieis vassallos de V. M., como legítimos Portugueses, festejam com incessantes votos em todas as igrejas. Ali, prostrados por terra diante dos altares, com as mãos erguidas, com os olhos cheios de lágrimas e de alegria, na presença do Altíssimo Rei dos Reis lhe agradecem com repetidos cânticos de júbilo e solenes acções de graças a milagrosa conservação da necessária e preciosíssima vida de V. M.

Estas vozes de prazer, estas confissões de vassalagem que, atroando toda a cidade, repetem entre a multidão dos vivas o augusto Nome de V. M., não podia articulá-las com indiferença unia sociedade composta de bons e legítimos vassallos; A Arcádia, que tomou sobre os seus ombros o honrado peso de louvar as claras acções dos beneméritos compatriotas, havia de ser calada testemunha das públicas [manifestações] de todo o Reino? Que século passaria em que os vindouros não acusassem tão sacrílego silêncio? Que mais honrosa satisfação de seus trabalhos, que maior prémio de seus estudos do que ser lícito aos Arcades cantarem as heróicas virtudes de V. M., pintar em seus poemas a alta Ideia de seu felicíssimo reinado? E de que modo podem eles agradecer mais dignamente a V. M. o amor, o zelo, a prudência e a justiça com que puniu pela honra da Nação?

Sofra, pois, a modéstia de V. M. que repetindo algumas das muitas virtudes que adornam sua grande Alma mostremos a todo o mundo quanto V. M. reina nos corações dos Portugueses, que é a delícia dos seus vassallos e que a augusta e preciosa vida de V. M. é o objecto de todas as nossas esperanças e perene manancial de todas as nossas felicidades.

Mas, Senhor, em que passo do glorioso e felicíssimo reinado de V. M. poderemos fitar a contemplação que não encontremos circunstâncias de maior espanto? Que acção de V. M. não acusa e não afeia mais a ingratidão e atrocidade de tão sacrílego atentado? Se é axioma da política que os povos devem pedir a Deus um príncipe justo e obedecer ao que por Ele lhe for dado, que temerário se atreveu a contestar o direito que têm à Coroa as reais virtudes de V. M.? Que Português desejou melhorar de rei? Que bárbaro foi tão ousado que pudesse negar que, ainda que o trono não fosse hereditário, devia V.

M. ser levantado rei e jurado senhor dos Portugueses? Os Titos, os Trajanos e os Antoninos não mereceram com tanta justiça os votos do Povo e do Senado. Se investigarmos os anais de Roma, descobriremos que o seu merecimento sempre se apoiou em simulados artificios.

V. M. antes de tomar o ceptro já o merecia, já era desejado, e já reinava nos nossos corações; subiu ao trono e nele tomou posse deste glorioso domínio, sem que a lisonja nem o medo! nos ditassem a sujeição. Não duvidou de que o amaríamos, porque nós amava, e conservou em seu augusto coração este raro sistema de reinar, porque não queria mais do que fazer-nos venturosos. Que maior prova desta verdade do que a benigna paz que desfrutamos, de que foi preciosíssimo refém a sagrada pessoa de V. M. e que só conhecemos quanto nos era útil quando vimos que V. M. introduzia à sombra dela uma felicíssima metamorfose em todo o reino?

O inalterável sossego em que se mantinham quietos e seguros os estados e domínios de Portugal, ainda que fazia inútil a defesa das armas, não sofreu o real ânimo de V. M. que ou no ócio ou no desprezo se abatesse o brio das tropas. Faltavam-lhe cabos, faltava-lhe disciplina, faltava-lhe talvez o prémio, e ainda que V. M. não quisesse soldados, não queria queixosos, queria honrar os beneméritos: examinou o merecimento e logo na primeira promoção subiram aceleradamente aos últimos postos muitos daqueles que tinham envelhecido e esperavam morrer nos primeiros.

Acordou o génio português do ocioso letargo em que jazia: entrou a mocidade a assentar praça, uns levados da glória, outros da emulação. Apareceram ou, para melhor dizer, ressuscitaram oficiais de préstimo e de valor; leram-se os Vegécios, os Políbios e os Césares; exercitou-se o manejo das armas; demonstraram-se evoluções militares; proveram-se os governos; reforçaram-se os presídios; numa palavra, parecia que tínhamos o inimigo na fronteira, estávamos no centro da paz. Não era o medo, não era a violência que oprimindo o povo levantava tão numerosas reclutas, era a prudência, era a magnanimidade do Príncipe que restabelecia o luzimento e o valor do exército.

O aumento das boas Artes e das Ciências, inspirado fruto de uma durável e venturosa paz, não deixou de gozar logo as benignas influências do real agrado e protecção de V. M. E que método mais seguro de adiantá-las? Pode-se dizer que as *Odes* de Horácio, a *Eneida* de Vergílio devem a sua inimitável perfeição, mais à amizade de Augusto e de Mecenas do que ao génio daqueles grandes homens; e os Píndaros nasceram nos bem-aventurados séculos em que as mais florentes repúblicas e os maiores príncipes do mundo contendiam pela naturalidade de um cidadão, traziam consigo as *Iliadas* e mandavam preservar do incêndio de uma cidade a casa de um poeta. V. M. não só imita, mas excede os Augustos e os Alexandres.

Quem deixará de sacrificar-se ao laborioso estudo das Belas Artes e Ciências vendo que V. M. desce a examinar o método e o progresso das escolas? Parece-me, Senhor, que ainda vejo no âmbito deste Real Hospício aquela majestosa cena que não poderia idear, nem a fantasia dos Sófocles, nem a arquitectura dos Vitruvius, nem a emulação dos Arcontes, nem a magnificência dos Césares! Parece-me que ainda vejo os nossos clementísimos Soberanos, toda a Família Real, toda a Corte, assistindo a um certame de Gramática! Parece-me que ainda hoje vejo um menino com um ponteiro na fraca mão estar mostrando no mapa aonde é Lisboa, aonde está Roma, aonde foi Cartago! Parece-me que ainda observo no real semblante de V. M. aqueles graciosos sinais de prazer que são difíceis de explicar, e que não sabem esconder nem os pais, nem os mestres, quando vêem adiantados os filhos ou discípulos!

Sabíamos, é verdade, que este Real Hospício era grande entre os sumptuosos monumentos que fazem eterna a memória do senhor Rei D. João o V, augusto pai de V. M. Sabíamos que seu magnífico fundador estabeleceu nele novas e melhores escolas,

mandando que a sagrada Congregação do Oratório dirigisse os estudos; sabíamos que as casas da Congregação do Oratório foram, da sua fundação até o presente, santuário da virtude e das ciências; sabíamos que apesar de orgulhosas oposições, fizeram estes grandes homens amanhecer em Portugal a primeira luz da boa filosofia, que nos ensinaram os nomes de Halley, de Boyle, de Locke e de Cartésio; sabíamos que já entre nós havia um Newton português; sabíamos, finalmente, que varões tão doutos e apostólicos trabalhavam por restaurar a grande eloquência e viril estilo com que nos púlpitos se deve explicar o Evangelho aos Católicos. Mas como as raízes da inveterada prevenção ainda não estavam totalmente arrancadas, foi preciso que V. M. com tão raro exemplo de humanidade nos declarasse que só nestas escolas devia aprender a mocidade portuguesa.

Para que em tudo devêssemos a nossa felicidade às inestimáveis fadigas de V. M., vimos, com estranha admiração, empregar-se a real economia do Soberano em restabelecer os perdidos interesses dos vassallos. As mesmas revoluções de tempos e de costumes que prometiam grandes vantagens tinham lastimosamente concorrido rara a decadência. A paz, a opulência, o luxo, o grande tráfico, novos descobrimentos e novas minas, eram os tiranos algozes que apertavam o garrote ao comércio de Portugal, ao mesmo passo que sem eles fora impossível beneficiá-lo. O génio da Nação, a quimérica; esterilidade do País, a dependência de estrangeiros, nossas distantes e dilatadas conquistas eram os Encélados e Tifeus com que ninguém se atrevia a combater. Se a Providência ofereceu arbítrios que podiam ser úteis, não faltaram pretextos para sacrificá-los a interesses particulares. Corria o tempo, arruinava-se o crédito da Pátria, barateavam-se nossas drogas, sobejavam géneros alheios, quebravam os negociantes e parecia já inevitável a última e universal falência.

Tão lastimoso espectáculo não podia deixar de abalar o augusto coração de V. M. que, reconhecendo os raros talentos de um ministro que parece que pelo Céu foi dado para V. M. ter uma espada com que corte os nós gordianos destes pretendidos impossíveis, fiou V. M. do seu zelo e actividade a reforma de tão perniciosas desordens. Foi então que os Portugueses ouviram dizer que o comércio era o maior apoio do Estado; que também dele havia uma teórica; que esta teórica não consistia no dolo, na ambição e na malícia, mas que tinha regras determinadas e infalível geometria; que era sua prática a verdade, a boa fé e a diligência; que vender não era enganar; e que o corpo do comércio era um corpo nobre e respeitável entre as nações mais polidas e repúblicas mais poderosas.

Então conhecemos as nossas forças, então olhámos para V. M. corpo para nosso redentor, e envergonhados de nos não lembrar o que Portugal tinha sido, nem olharmos para o que podia ser. Fatal era o nosso esquecimento, não menos fatal a inércia! Esquecíamos-nos de que fomos os primeiros descobridores das riquezas de todo o mundo, e que nossos galeões foram os que primeiro surgiram em portos da Ásia, da África e da América. Não líamos a história do nosso País; tapávamos os ouvidos; não queríamos saber que Portugal tinha sido em séculos mais remotos o empório do comércio; que subsistiu poderoso e opulento, independente de outras nações e até de suas conquistas; que nossos antigos reis socorriam com grandes subsídios e formidáveis exércitos seus aliados e vizinhos. Demos este elogio às ilustres cinzas de um Dionísio, de um D. João II, de um Afonso IV e de um afortunado Manuel. Confesse o Império, Nápoles, Veneza, Flandres, Aragão e Castela, quantas vezes imploraram nosso auxílio, e quantas vezes colheram os louros da vitória à sombra das respeitadas bandeiras lusitanas.

Parecerá inverosímil aos vindouros que para V. M. atalhar a nossa ruína se viu obrigado a servir-se da autoridade real, do rigor das leis e do poder da justiça. Houve

vassallos (não o oiça o mundo, nem o saiba a posteridade) que para serem venturosos foi preciso serem castigados. Tanto podia a fatal cegueira que nos alucinava! Foi preciso que V. M. erigisse um Tribunal do Comércio, que lhe desse estatutos e que o Ministério, com atenta circunspecção, elegeisse para membros deste corpo os sujeitos mais inteligentes e de mais reconhecida probidade. Assim acabámos de conhecer que os interesses dos comerciantes eram os interesses da Nação, que deles resultava o bem comum, e que sem eles se abatiam as forças da Monarquia. Atalharam-se os contrabandos e extravios; promulgaram-se leis sumptuárias; tratou-se de levantar fábricas, de estabelecer companhias e de abrir uma escola para aprendizes do comércio. Eis aqui as venturosas resoluções que Deus não manda aos Estados, sem criar para instrumento uma alma extraordinária, como a de Luís XIV, como a de Pedro Grande, como a de V. M.

Incansável a real Ideia de V. M. em investigar novos caminhos para o aumento da nossa felicidade, olhou benignamente para o comércio do Doiro e, não sofrendo que a decadência caminhasse com passos tão acelerados, se resolveu a pôr um freio à tirana cobiça que tinha reduzido a monopólio o contrato daquele país. Ela arbitrava o preço, ela qualificava os géneros, ela estipulava os pagamentos. Não era nosso mais do que o trabalho da cultura, a despesa da fábrica e o limitado interesse de algum avanço, sempre sujeito a ilegítimos lucros e duras condições. Introduziu-se com o luxo o câmbio de alheias manufacturas, e em pouco tempo chegou a parecer tributo a extracção dos nossos géneros. Atalhou V. M. este dano quase irreparável, promulgando o estabelecimento da Companhia do Alto Doiro, privilegiada e protegida com a autoridade real e com o incansável zelo do Ministério, e pôde tanto a indolência natural que a desatinada plebe... Mas, Senhor, não é justo que a ingratição dos vassallos profane a narração das reais virtudes do Monarca: entreguemos à fama o adorável nome de V. M. sem descobrirmos vestígios de infames e detestáveis memórias.

Não bastava para sossegar o amor e o desvelo de V. M. que os milagrosos efeitos da sua grande beneficência inundassem só os limites do nosso continente. Olhou para as conquistas e para as colónias, viu também ali vassallos, não quis deixar de tratá-los como filhos; apareceu-lhe deserto e inculto o país mais fértil do mundo; viu abandonado um dos ramos do nosso comércio que podia incontestavelmente ser dos primeiros se a negligência, se a inércia ou a avareza daqueles que o maneavam lhe não tivesse sonogada a reputação. Uma longa guerra, grandes desastres, grandes calamidades, talvez que não reduzissem a tão miserável estado o negócio do Maranhão e do Pará: faltava indústria, faltava gente, faltava liberdade, faltava que V. M. o protegesse, faltava que o remisse do clandestino e pesado cativo que o oprimia. Chegou a época da sua felicidade e, apesar de ânimos rebeldes, se estabeleceu uma companhia para aquele Estado. Aprovou-lhe V. M. os estatutos, privilegiou-lhe as acções, autorizou-lhe o crédito, deu-lhe navios e franqueou-lhe os meios de completar o necessário e importante fundo. Persuadido V. Id. da grande máxima de Estado, que um rei deve ser senhor de vassallos opulentos, e não de províncias e sertões desertos e intratáveis, mandou também cobrir de habitações aquele fértil país, que só em poder de bárbaros deixaria de ser povoado. Convidou os novos moradores com honras, com terras, com privilégios, e, para ficar inimitável a piedade de V. Id., muitos réus condenados a vergonhosos destinos não sofreram maior castigo do que irem ser fundadores daquelas colónias.

Mas quem dissera, Senhor, que tendo os Portugueses levado àqueles remotos climas a luz da verdadeira religião, depois de lhe ter Deus pago este glorioso trabalho com o honrado nome e riquíssimos tesouros, se atreveriam os mesmos Portugueses, abusando da credulidade dos prosélitos, a sacrificar o zelo da fé aos feros interesses e abomináveis ideias da cobiça? Quem dissera que a promulgação do Evangelho e do

baptismo havia de ser o sacrílego jugo com que a Hipocrisia chegou a tyrannizar a liberdade de inumeráveis povos? Como gemeram tantos anos neste injusto cativo aqueles infelizes, sem que os brados da sua miséria chegassem ao trono de nossos preciosíssimos soberanos? Como havia prelados que com frouxa conveniência toleraram esta escandalosa contravenção da lei divina, dos decretos sinodais e das bulas pontificias? Como houve magistrados que sofriam tão notória infracção do direito natural, do direito da hospitalidade e do direito da conquista?

Parece que guardava o Céu para V. M. a glória de ser o libertador daqueles povos. Como já não valiam dissimulações, como já se não dava crédito a quimeras, como já se não temiam ameaças, como já reinava V. M., como já tinha ministros desinteressados, completou-se o resgate de tantos milhões de almas. Chegou o tempo de V. M. reivindicar aqueles afligidos vassallos que a avareza e a crueldade dos usurpadores tratava como escravos e como brutos. Nasceram livres, viviam cativos; abraçaram a verdadeira religião, acharam perversos dogmas; ocupavam-se no trabalho, negava-se-lhes a recompensa; sujeitaram-se a um Rei, acharam mil tyrannos! Em que estátua, em que monumento poderemos dignamente gravar a memória deste glorioso triunfo de V. M.?

Julgava eu, Senhor, que poderia acabar a narração das admiráveis virtudes de V. M. sem que a lembrança da fatal ruína de Lisboa perturbasse o júbilo que hoje ocupa a ideia dos Portuguezes; mas como naqueles calamitosos tempos foi quando esteve mais patente o grande coração de V. M., não me atrevo a sufocar as vozes do público agradecimento. Parece-nos que pelo Céu foi mandada esta geral consternação, para conhecermos que V. M. não só era rei, mas também era pai; parece que Deus não quis tocar-nos com sua poderosa mão, senão quando tivéssemos um príncipe digno da sua misericórdia, capaz de socorrer-nos e capaz de conservar-nos. São inescrutáveis seus altíssimos juízos; mas é quase sempre visível a sua providência!

Como todas as maravilhosas acções de V. M. se regulam por um inalterável sistema de justiça, depois de render a Deus as devidas acções de graças tratou logo de restabelecer o culto da religião, exortando os prelados a que prontamente quisessem continuar os officios divinos, acudiu com igual providência às comunidades dispersas ou necessitadas.

Eis aqui as grandes máximas com que V. M. sabe conciliar a protecção divina. Esta é a verdadeira politica e a forte aliança que em tantos séculos e em tantos climas fizeram conhecidas, respeitadas e invencíveis as sagradas Quinas. A honra de Deus foi sempre a causa por que advogaram nossas armas. Se a religião é a base dos impérios, que remo ou que Estado mais seguro que a Monarquia portugueza? Se é esta virtude a fonte de que manam as heróicas acções do Príncipe, a equidade dos magistrados, a fé das alianças, a observância das leis, a obediência dos vassallos e a tranquillidade pública, ainda, apesar de tão fatais calamidades, será sempre feliz o glorioso reinado de V. M. A exaltação da Fé, a promulgação do Evangelho, a extirpação das heresias, são os mundos que deseja o grande coração de V. M., e que lhe deveriam lágrimas, se fosse possível faltar, entre tantas virtudes, a da constância. Estes são os costumes que nos fastos da História hão-de fazer distinto o respeitado o século de V. M.

Cercado V. M., de atónitos vassallos, sentia o público desastre como se não pudesse remediá-lo, e resolveu-se a remediá-lo como se não pudesse senti-lo; temeroso, mas resignado; resignado, mas constante. Mostrou V. M. que corno homem receava o flagelo, corno católico sujeitava-se ao golpe, como príncipe acudia aos vassallos. Que impulsos de piedade, de amor e de compaixão não atormentavam com inexplicável tumulto o forte ânimo de V. M. Ainda era geral o desacordo, já se dava sepultura aos mortos; ainda lançavam fumo as cinzas das nossas casas, já tínhamos reparo contra o

rigor da estação; lembrou-nos temer a fome quando já reinava a abundância. Que viúva, que família consternada, não achou abrigo na real demência de V. M.? Choravam os filhos sobre as cinzas do defunto pai e sobre as ruínas de sua casa, órfãos, pobres e desamparados; a triste mãe, não sabia nem podia consolá-los, chorava com eles, aumentava o pranto. Ouviu-os V. M.; acudiu-lhes. Houve bárbaros que, aproveitando-se do geral espanto daqueles terríveis dias, se atreveram a saquear a cidade, mas logo conhecemos que nem entre as desgraças nos desamparava a inalterável justiça de V. M.; expostos em patíbulos promulgaram a lei; com o exemplo, fizeram cessar o crime e o castigo. Nem a constância nem a demência; de Tito pôde reparar com tão eficazes providências o lastimoso estrago que a conflagração do Vesúvio causou na miserável província da Campânia.

Que bem fundadas esperanças do público restabelecimento não vimos brilhar logo no acerto das primeiras ordens? Parecia que o Ministério trabalhava no ordinário expediente e não em meios de atalhar tão extraordinárias desordens. Sabíamos as perigosas consequências a que estávamos expostos, quando víamos prevenidas as cautelas: igualmente nos espantava o dano que o reparo, não podendo compreender como sucessos tão repentinos achavam pronta a activa providência de V. M., que não seria menos admirável ainda quando fossem esperados.

Não tardou muito que não víssemos medir os destroçados bairros da cidade para se dar Princípio à execução de uma magnífica planta. Vimos com sábias e justíssimas leis vencidos os embaraços que podiam obstar à grande obra: vimos lançar os primeiros fundamentos da nova Lisboa e vimos crescer sumptuosos edificios, os quais sem auxílio de soberbas inscrições mostrarão nas futuras idades que foi V. M. quem reedificou a Cidade; e os que então lerem nossas décadas, olhando para a cronologia, não poderão compreender como medeia tão curto espaço de tempo entre a ruína e a restauração.

É verdade, Senhor, cine as nações estranhas não ouvem com temor o nome de V. M., não o divulga no mundo o estrépito das armas: mas nem por isso é ele menos grande ou menos ilustre. Adorado entre os vassallos, invejado pelos estrangeiros, respeitado por todos, faz que os novos olhem para V. M. como fira um astro de felicidade, de paz e abundância. Não brilha menos a coroa real guarnecida com os ramos de oliveira, do que ornada com os ouros da vitória tintos com o sangue dos vassallos. A lisonja e a política inventaram a pompa dos triunfos: o amor com que é estimado um rei justo e pacífico nasce connosco em nossos corações. Não o podemos fingir; não chega a tanto nem o medo, nem a adulação.

Quantos miseráveis pisados por seus próprios cavalos no furioso tropel dos conflitos, mordendo a dura terra, não estarão amaldiçoando agora os interesses dos monarcas? Em vão chamam nela paz, em vão detestam a cruel guerra: ninguém os ouve, ninguém lhes acode; morrem, acabam desesperados! Quantas cidades, depois de sofrerem constantemente as misérias e os sustos de um grande sítio, não chorarão pela paz quando virem avançarem-se as tropas inimigas para o assalto geral? Abala os montes o pavoroso estrondo da artilharia; cruzam neles ares sibilantes balas; estalam horríveis bombas; descoradas e espavoridas, as miseráveis donzelas correm nelas mas; atónitas as mães deixam cair dos braços os inocentes filhos; querem mas uão podem fugir os cansados velhos; saem dos templos os sacerdotes abraçados com as sagradas relíquias, mas não têm para onde fujam. Em toda a parte se apresenta o mesmo perigo e o mesmo aspecto da morte: desmoronados os altos edificios, tremem, caem, espantam, ferem, matam e sepultam os desgraçados habitantes!

Se compararmos o horror de tão feia perspectiva com a deliciosa paz de que gozamos à sombra do real trono de V. M. só então conheceremos nossas venturas e a infelicidade daquelas nações que, sacrificadas mais às ideias do Gabinete do que à

defensa da Pátria ou decoro do Rei, pagam com suas vidas a má interpretação dos tratados. Sem nos insultar a liberdade das tropas, sem nos vexar o peso dos tributos, sem nos oprimirem exorbitantes contribuições, venturosos, opulentos, livres e seguros, vivemos unicamente sujeitos às santas e justíssimas leis que promulga V. M. não para nos oprimir, mas para arrancar de entre nós os vícios e abusos que à semelhança de uma inveterada enfermidade arruinavam a constituição civil da Monarquia. Que grandeza de alma, que espírito de demência, de religião e de justiça, que extraordinárias virtudes não admira quem lê a coleção das leis, alvarás e decretos que no feliz reinado de V. M. lhe tem dignamente merecido a antonomásia de Legislador? Muito há ore os Portugueses dariam este nome a V. M. se, guiados mais pelo amor que pela vassalagem, não escolhessem antes chamar-lhe Pai.

Com efeito, Senhor, se às reais virtudes de V. M. devemos o inestimável bem de sermos tratados coma filhos e não como vassalos, se é o principal objecto das acções de V. M. fazer-nos venturosos, porque não lhe chamamos Pai da Pátria? Nem a modéstia de V. 1^W. deve proibir-nos a repetição de tão agradável nome se não pode negar-nos que o merece; nem o nosso reconhecimento ditar-nos outra inscrição mais digna de ser deixada aos vindouros no pedestal da estátua de V. M.: ali estará mostrando em todos os séculos que foi V. M. pio, magnífico, justo e amado, que nos conservou em uma venturosa e inalterável paz enquanto devastava grande parte da Europa a mais obstinada e sanguinolenta guerra; mostrará que V. M. restabeleceu a disciplina militar e o luzimento das tropas, que o desprezo ainda mais do que o ócio tinha submergido em ignominioso letargo; que Protegeu e que animou as Artes, as Musas e as Ciências; que amparando os interesses de seus vassalos fez V. M. que o nosso comércio tiranizado pela cobiça alheia e pela inércia natural quebrasse as grossas algemas que o manietavam; mostrará que foi V. M. quem resgatou tantas almas do clandestino e tirano cativo com que as oprimia a cobiça, a avareza e a hipocrisia; que V. M. nos acudiu com pronto remédio em consternação que parecia que o não podia ter; mostrará que V. M., restaurando o culto divino, trabalhando na propagação da Fé, respeitando os ministros da Igreja, foi em tudo legítimo herdeiro do trono de D. Afonso Henriques; mostrará finalmente, Senhor, que V. M., inexorável inimigo dos vícios, promulgou inumeráveis leis todas justas, todas necessárias, todas santas, não só dirigidas a manter a pública tranquilidade, mas ainda a conservar nos futuros tempos feliz, opulenta e segura a Monarquia portuguesa.

Mas, Onnipotente Deus, que País é este que habitamos, em que cidade vivemos? Aonde está o reino fundado pela vossa mão? Aonde está a forte gente que morria pela honra do vosso nome e pela glória de seu Rei? Também em Portugal, famosa pátria dos Monizes, dos Pachecos, dos Freitas e dos Farias, nasceram traidores? Também em Lisboa, cujos muros estão fundados sobre os ossos de tantos honrados Portugueses, se criaram parricidas? Também havia entre nós Perénios, Plauteanos e Catilinas? Viviam? Falavam connosco? Víamo-los? Não lhes descobríamos nos pérfidos semblantes os remorsos que lhes trespassavam os corações? Que sacrílegas esperanças lhe davam forças para suportarem o peso de suas consciências e sofrerem diante de seus olhos o aspecto de um vassalo fiel? Esperavam, revolvendo as ruínas da Pátria, achar debaixo das nossas cinzas honras, riquezas, a coroa ou ceptro, sem que houvesse uma mão que primeiro o levantasse? Que acções alegariam para disputá-lo, ainda a um homem abjecto, a um bandido, a um facinoroso? Atrever-se-iam a lançar em rosto ao roubador que tinha tirado o alheio, eles que intentavam saquear a Pátria? Acusariam ao assassino, eles que conspiravam contra a vida de seu Rei e legítimo Senhor? Culpariam a um falsário, eles que foram perjuros? A um herege, eles que seguiram tão perniciosas doutrinas?

Aqui em Lisboa, grande Deus! – aqui, no centro da paz; aqui aonde as leis mais justas e mais santas não sofrem que os vícios ultrajem as virtudes, aqui se traçou o plano de tão infame conspiração. Aqui se juntaram os traidores; aqui juraram nossa ruína, nossa orfandade e nossa vergonha; aqui se vendeu a Pátria; aqui se blasfemou de Vossa irrevogável promessa; aqui se desprezaram os raios com que Vossa mão onnipotente costuma destruir os impérios.

Houve, Senhor, houve ingratos que puderam esquecer-se do muito que devemos a V. M., houve bárbaros que maquinaram atalhar o progresso das gloriosas acções com que V. M. nos mostra de cada vez mais que nos ama, e que se faz de cada vez mais digno de ser amado. Houve quem pôde infamar a nossa vassalagem, publicando com eterno escândalo que também entre Portugueses havia traidores, havia parricidas e havia ingratos. Mas soube a constante e inalterável justiça de V. M. lavar a nossa infâmia no sangue dos culpados, vingar a Pátria, satisfazer as leis, e desagrar a Coroa.

ORAÇÃO SÉTIMA

Se a primeira vez, ó Arcades, que vós me obrigastes a orar em público neste solene dia não tivesse exposto em forma de dissertação os textos, os decretos pontifícios, as autoridades dos Santos Padres e as resoluções dos concílios, que além da devoção e, pode-se dizer, instinto português, nos obrigam a jurar e defender o altíssimo mistério da Imaculada Conceição da Puríssima Padroeira da Arcádia, pode ser que ainda hoje não escolhesse a melhor parte da matéria que deve fazer minha oração digna de vossos ouvidos, capaz de persuadir bastante para mover o ânimo dos circunstantes, cheia de energia, de grandeza, de magnificência e de respeito.

Muitos dos que primeiro do que eu falei neste lugar, com profunda erudição, com sólida doutrina e com viril estilo, sustentaram a justiça da causa e defenderam a honra da Senhora. Faltava quem tomasse sobre seus ombros o honrado peso de render as graças pelos recebidos benefícios, em nome de toda a Arcádia, à inefável protectora de nossos estudos, cujo santo patrocínio visivelmente brilha nas gloriosas acções da Academia, no adiantamento da Poesia portuguesa, na aceitação do público, no amparo de um Ministro prudente e sábio, e no favor do melhor dos Príncipes, de nosso augusto e clementíssimo Soberano. Faltava quem confessasse o que devemos, faltava quem rompesse o silêncio que poderia acusar-nos de ingratos, ainda que produzíssemos em nossa defesa ou a impossibilidade de agradecimento ou a grandeza do benefício.

Tínhamos fundado uma sociedade debaixo do auspício e da tutela da Senhora, víamo-la triunfar da inveja, e o que mais é, rebatendo iníquas acusações, dissipar o estranho sistema com que o mau gosto tinha envilecido a nobreza das belas artes. Ressuscitou a Poesia verdadeira; restaurou-se a boa Eloquência, e ainda não havia entre nós quem publicamente tivesse erguido as mãos ao Céu e rendesse as devidas graças a nossa Imaculada Padroeira, quem confessasse ingenuamente, e na face de todo o mundo, que os Arcades não confiam em suas forças, mas sim no celestial patrocínio que escolheram, que os guarda e que os anima.

A importância desta causa pedia melhor advogado, mas a grandeza da matéria fala por si mesma, não depende dos auxílios da Retórica: sucessos tão incontestáveis como maravilhosos, ainda narrados sem artifício, persuadem, interessam e arrebatam.

Parece-me, ó Arcades, que não pode haver mais excelente ideia do reconhecimento do que a simples mas fiel narração dos benefícios. Esta máxima, que ainda nos lugares em que entra a lisonja seria agradavelmente recebida, quando se trata de agradecer favores que recebemos do Céu, é o único e mais elegante modo de pública e solenemente nos confessarmos e de nos mostrarmos obrigados. E, com efeito, quem será tão bárbaro que, olhando para os progressos da Arcádia, não reconheça que só a força de tão alta protecção podia adiantá-los ou, para melhor dizer, coroá-los com tanta honra e com tanta glória?

Se fitarmos nossas reflexões no estabelecimento desta sociedade e ponderarmos os terríveis embaraços que foi preciso vencer, ficaremos persuadidos que não houve circunstância que deixasse de parecer milagre. O tempo, o lugar, a dificuldade da empresa, a magnificência da ideia, tudo pedia um braço mais forte do que os nossos e uma constância invencível e extraordinária; e quando parecia que a planta ainda estava na mão, vimos levantadas as soberbas colunas e sobre elas fechadas as vastíssimas abóbadas deste maravilhoso edificio.

Sofrei, ó Arcades, que para melhor mostrar a nossa felicidade me lembrem antigas calamidades, à semelhança do experimentado piloto que para bem calcular a sua derrota

se não esquece de marcar o porto donde, levantando o ferro e desfraldando as velas, principiou a viagem.

Perdidas e derrotadas em África, com a glória das armas portuguesas, nossas altivas esperanças, principiou a quebrantar-se o génio forte da Nação: apagou-se a honra da ambição de glória que até àquela desgraçada época nos tinha feito triunfadores e invencíveis. Caíram os ânimos, enfraqueceram-se as mãos, como de quem já as destinava para as algemas. Ainda entre as cinzas brilhavam de quando em quando algumas relíquias da perdida grandeza daqueles bem-aventurados dias, até que, finalmente caindo sobre nós a força de tirania, nos vimos sujeitos a um rei estranho, ou, para melhor dizer, a um usurpador, sem fazenda, sem honra e sem liberdade.

Estas sucessivas desgraças ao mesmo passo que embotaram, as armas e oprimiram as forças da monarquia, afugentando as Boas Artes até ali estimadas e conhecidas em Portugal, introduziram tão estranha desordem nas escolas que em poucos anos perdeu a Poesia portuguesa seu antigo génio. A nobre simplicidade, a pureza da frase, a verosimilhança dos pensamentos, o maravilhoso das ideias e energia das figuras, tudo foi tratado com desprezo. Jactava-se a barbaridade daqueles tempos que assim sacudiu o jugo das regras nimiamente austeras e que só serviam de oprimir a força do espírito. Tão prolixos eram em pontos de liberdade uns homens que arrastavam grilhões!

Correu o tempo e chegou o grande instante de quebrarem os Portugueses os cepos em que gemiam. Subiu ao trono um legítimo herdeiro do ceptro e das virtudes de D. Afonso Henriques; mas o que era até então efeito da miséria e do cativo, veio a ser consequência da alegria. A teimosa guerra com que nos vimos obrigados a rebater a fúria dos Espanhóis ainda não permitia que entre o ruído das armas e motim dos tambores se desse ouvidos à harmonia das Musas: continuava a decadência. Ajustou-se a paz, sossegaram-se os ânimos, mas estava tão inveterado o contágio que, se houve quem o intentou, não houve quem não desesperasse da restauração das Belas Letras, das Artes e das Ciências em Portugal.

O negócio era tão importante e de tão difícil êxito que nem ainda o grande espírito e pródiga mão do magnífico D. João o V pôde conseguir mais do que lançar os primeiros fundamentos. Estimou os sábios, premiou os mestres e enriqueceu as livrarias do reino, e fundou a Real Academia da História. Roubou-lhe a morte esta glória, quando principiava a amanhecer em Portugal as primeiras luzes do bom gosto, da verdadeira erudição e da prudente crítica.

Devemos alegrar-nos de ser incontestável que o primeiro documento em que podemos fixar a época desta restauração é o papel crítico que compôs e imprimiu o *Árcade Sincero Jerabriense*. É verdade que alguns espíritos mais fortes tentaram esta empresa ainda hoje árdua, e então impossível; mas como nas primeiras escolas reinava uma certo espírito de opinião que soberbamente sustentava o partido do mau gosto, o verdadeiro método ou se não conhecia ou se desprezava.

Fundaram-se Academias; algumas permaneceram, mas sem mais fruto do que o de propagarem o contágio. Nos últimos anos do próspero reinado de D. João o V apareceram os primeiros crepúsculos do bom gosto. já então a Sociedade dos Ocultos estabelecida em um palácio em que sempre habitaram as Musas e fundada por um génio extraordinário, herdeiro não só do sangue mas também dos raros talentos e virtudes de seus eruditos progenitores, trabalhava neste tempo na restauração da língua portuguesa, do estilo e da boa Poesia. Poderia ser que a ela se devesse toda a glória se a pública desgraça não separasse tão útil e tão sábia companhia.

Em um tempo de calamidades e de aflições quando parecia que os Portugueses só tratavam de reedificar Lisboa e de restabelecer os seus particulares interesses, quando seria desculpável que as Musas fugissem do nosso continente, quando se julgaria que as

Artes jaziam sepultadas nas ruínas da cidade, numa palavra, quando era impossível tratar da restauração das Ciências, então, ó Árcades, chegou o feliz instante de nos ajuntarmos, então fundámos esta sociedade, jurando padroeira dela a Imaculada Rainha dos céus e da terra, debaixo do inefável título da sua puríssima Conceição. Cada um de nós jurou o sagrado mistério, e abraçado este impenetrável escudo nos apresentámos no campo. Confiados entrámos na peleja, e não tardou muito a vitória.

É bem natural, ó Árcades, e bem digno de corações portugueses, a pública confissão de que esta vantagem a devemos toda ao sagrado patrocínio da Senhora. Olhemos para os sucessos que foram consequências desta nossa venturosa escravidão: adoptámos o sistema da crítica, fenómeno literário, se lhe posso assim chamar, que era em Portugal espantoso prognóstico de desastres e que não era visto entre nós com menos susto do que um eclipse entre os Godos: veio a ser recebido com sereno rosto, veio a ser desejado. Conheceu-se que esta era a estrela que nos devia guiar, e que sem as luzes da crítica não podia descobrir-se o verdadeiro gosto.

Persuadimo-nos de que era amizade e não ódio a recíproca correcção de nossas obras; e quem expunha ao público os seus escritos, sem lhes dar com esta lima o último polimento, sujeitava o seu nome ao desprezo do mundo. Conhecemos que sem imitar os Antigos era impossível enriquecer nossas composições das infinitas belezas poéticas que descobre a cada passo quem frequenta a lição dos Gregos e dos Latinos; e que neste ditame de ilorácio consistia o maior segredo do bom gosto. Principiámos a familiarizar-nos com Homero, com Sófocles, com Virgílio e com Terêncio; e estes nomes que entre nós eram estranhos, e unicamente serviam nas dedicatórias, passaram a ser os ídolos de nossos estudos.

E que devíamos, ó Árcades, esperar de tão súbita e feliz mudança? Ganharam as nossas obras uma nova reputação. Conciliou respeito o nome de Arcade e desejou o público assistir às nossas conferências; atrevemo-nos a louvar um Príncipe a quem Plínio podia sem lisonja recitar o famoso panegírico que fez a Trajano. O mesmo foi ouvirem-nos que estimarem-nos os homens mais sábios e mais prudentes. Olharam para o fruto do nosso trabalho como para uma vantagem da Nação, e a grande alma daquele vigilante Ministro que não tira os olhos do adiantamento da Pátria com públicas demonstrações nos honrou e nos animou para não desistirmos da dificultosa mas ilustre empresa a que sacrificávamos os nossos estudos. Segunda vez nos ouviu, segunda vez nos honrou. De sua mesma boca ouvimos nós expressões com que em Portugal não costumam falar os ministros.

Podemos asseverar que vimos aquele grande coração e que nele estava vivamente impresso o incansável zelo com que trabalha pelo bem de seus compatriotas, com que honra e com que estima os Portugueses beneméritos. Não tardará muito que o público conheça que este género de letras lhe merece uma séria protecção, que as estima porque as conhece.

Entre tão consideráveis benefícios não é justo, ó Árcades, que eu me esqueça de recordar um que devemos reputar entre os maiores e que pode ser seja ele a alma, digamo-lo assim, de todos os distintos progressos desta sociedade.

Bendita sejais, imaculada Senhora, que vos dignastes de inspirar-nos uma constante união.

Esta virtude, ó Árcades, é uma das maiores graças que devemos ao patrocínio da Senhora. As discórdias, o rancor, a inveja, vícios que ordinariamente nasciam no berço das Academias e sociedades portuguesas, estes vícios, digo eu, nunca apareceram na nossa Arcádia. A sinceridade dos costumes de que nos revestimos repugnava a tão feio e pernicioso génio. A modéstia, a sinceridade, a boa fé, são os rudimentos de faculdades tão nobres como a Poesia e como a Retórica; são os primeiros talentos que devem

brilhar nos sujeitos que ou se ajuntam ou se escolhem para ser os membros de uma sociedade. A prudência, a civilidade, a tolerância, são as estimáveis partes de que se compõe o carácter de um homem académico. O amor e veneração de seus companheiros é a distinção dos sábios. Estas virtudes, estes raros talentos, é verdade que pela mesma lição dos livros se aprendem e se conservam; mas atrevo-me a asseverar que vós estais, ó Árcades, seriamente persuadidos que vê-los tão geralmente praticados e tão honradamente estimados é um milagre que tão visivelmente deveis à protecção santíssima da Imaculada Padroeira da Arcádia.

Eis aqui, ó Árcades, os preciosísimos favores e inestimáveis mercês que devemos ao patrocínio da Senhora; eis aqui a origem de todas as nossas felicidades; astro que anima nossas esperanças. Tomámos sobre nossos ombros debaixo de tão santo auspício o formidável peso de restaurar a boa Poesia e a grande Eloquência; conseguimos o que desejávamos. Estudam-se e praticam-se nesta sociedade as verdadeiras leis da tragédia e da comédia; a poesia mélica, tanto lírica como ditirâmbica, está restituída à sua natural magnificência; a nobre simplicidade da bucólica, da égloga e dos idílios tem bastantes exemplos em vossas composições; a sátira, não aquela sátira grosseira e infame que expõe ao riso do povo os defeitos de nossos compatriotas, mas sim a sátira urbana, aquela que ataca os vícios, que os reforma, e que com a sua casta alegria ensina as máximas da boa ética, é bem familiar aos nossos ouvidos.

A Retórica em todos os três géneros se vê felizmente exercitada nesta Academia. Bem evidente ficou esta verdade depois que o nosso clementíssimo Soberano, querendo reformar as escolas do reino, tirou de entre nós para mestres de Eloquência alguns Árcades. A língua está restituída à sua natural enérgica pureza, abundância e magnificência. Numa palavra, a Arcádia chegou ao cume da sua felicidade, venceu o génio da Nação e triunfou da inveja.

Soberana Rainha dos céus e da terra, Padroeira da Arcádia, pura e imaculada: a Arcádia, pública e solenemente vos rende as devidas acções de graças pelos benefícios recebidos, e se pudesse também vo-los agradeceria; lura e promete de sempre defender a justiça da vossa causa, da vossa honra e da vossa glória, confia em o vosso patrocínio, espera não desmerecê-lo, sacrificando todas as suas forças ao bem público, ao crédito da Nação e à honra do Príncipe.

Aceitai, Senhora, os nossos votos, amparai o nosso trabalho, fazei nossas composições dignas de vosso patrocínio, capazes de louvar-vos e de defender-vos.

ORAÇÃO OITAVA

Rebus augustis animosus atque fortis apparet...

Hor., Od. 7 Lib. II

Ainda que a experiência me tenha repetidas vezes mostrado que a vossa benignidade desculpa os meus erros, confesso, ó Arcades, que nunca recebi a incomparável honra de falar em vossa presença que me não achasse trespassado de susto, e possuído de uma confusão invencível; mas este susto e esta confusão é certo que devia desamparar-me quando chegasse o prometido e feliz tempo de conseguir a Arcádia a reforma da Poesia e da Retórica, isto é, quando vós frequentando esta assembleia completásseis a grande obra que empreendestes fundando esta Academia para adiantamento e utilidade dos vossos compatriotas; quando eu aproveitando-me das vossas lições e vencendo a minha natural rudeza colhesse convosco o fruto de tão magníficas experiências e me julgasse tão perfeitamente instruído nestas divinas artes que me atravessasse sem pejo a combinar as suas sólidas regras e a desempenhar a sua admirável retórica com uma felicíssima prática, como fazem os bons poetas, os verdadeiros oradores, ou, para melhor dizer, como vós fazeis.

Mas todo o aparato desta maravilhosa cena subitamente desapareceu. Vós não conseguistes o que intentastes, não cumpristes o que prometestes; e eu fiquei, como estava, envolto em grossas nuvens de ignorância, mas cheio de temor e de espanto. Dantes só temia a vossa crítica, agora não há indivíduo no mundo literário que me não pareça um Encélado ou um Tifeu, assim como o incauto piloto que vendo-se repentinamente acometido por uma negra tempestade, entre o alarido dos trovões, os sibilantes brados dos ventos, os espantosos ecos do mar e os rasgados reflexos dos relâmpagos, perdendo o rumo e perdendo o ânimo, espera que sobre o desamparado navio caia a máquina celeste.

Mas esta súbita mudança de onde nasceu, ó Arcades? Houve alguma força superior que fizesse tão violenta metamorfose? O público zombou dos nossos escritos? O generoso pastor Albano fechou-nos a porta desta cabana? Tínhamos quando florescia a Arcádia maior abundância de cabedais que facilitasse a subsistência de tão numerosa companhias e houve uma mão t'ão avara que veio a saquear as choupanas do Ménalo? E, se hei-de seguir esta matáfora, que inundação de lobos degolou os nossos rebanhos? Ou que pastores mais valentes nos lançaram fora destes bem-aventurados montes?

Parece que todos me respondeis que estas conjecturas são verdadeiros sonhos de um doente, são quimeras destituídas não só de realidade mas até de verosimilhança. Mas os efeitos correspondem a uma destas causas: a Arcádia emudeceu; nossas flautas não se ouvem; o Ménalo está inteiramente desamparado, e até me parece que nós mesmos não conhecemos uns aos outros; aquela inestimável e boa harmonia que reinava não só em nossas opiniões e doutrinas, mas até em nossas almas e nossos corações, aquela sagrada aliança de uma pura e sincera amizade, estabelecida em não menos honroso fundamento do que no comércio das ciências, dos livros e das mais perfeitas composições de eloquência, desvaneceu-se. Nós mesmos (com quanta vergonha o confesso) nós mesmos a alterámos, a prostituímos e finalmente a relegámos do Ménalo. E por que causa? Que insana alucinação nos possuía, quando nos atrevemos a dismantelar tão soberbo edifício? Éramos tão fátuos que esperássemos dever a nossa fama à ruína da Academia?

Não, Arcades, ainda que esta apareça, não foi esta a causa, outro foi o motivo, e se não menos desculpável, certamente mais vergonhoso: foi a nossa cobardia e a nossa ambição, sofri que vo-lo diga. Veja o mundo que nem só ficções têm entrada na Academia; se até fundámos na verdade nossos poemas e nossos pensamentos, não nos deve escandalizar que sem lisonja e sem prevenção vos exponha a verdade tal qual eu a compreendo; e prouvera a Deus que vós pudésseis reconvir-me nesta ocasião, expulsar-me de tão ilustre companhia, por haver adoptado imposturas.

A nossa ambição (não vos assusteis), a grande ambição de glória com que nos sacrificámos ao trabalho de tão profundos estudos, foi quem nos reduziu a tão extrema penúria, foi quem executou tão vergonhosa catástrofe: julgámos que entre montes não cabia a nossa fama e quisemos expô-la a maior teatro. E Deus, que não podia deixar de proteger nossos desejos enquanto foram sinceros, não tardou em levantar-nos a maior altura de honra e de estimação. Aparecemos aos olhos do público, agradámos, fomos ouvidos; conheciam-se os nomes e respeitava-se a Arcádia. Então, namorados de tão alta fortuna, nos pareceu mal tornar para um monte e viver em cabanas.

Presidi r numa grande sala magnificamente decorada, rodeado de ouvintes ilustres, sábios e virtuosos, que talvez conversavam nos sucessos da campanha, enquanto nós falávamos como se nos ouvissem, ou estavam com o lápis notando palavras que lhe pareceram novas, porque não leram Ferreira nem as toparam nos sermões do Padre Vieira; cantamos nossos versos ao som de uma orquestra numerosa, e talvez imprópria – isto é que julgámos honra. E uns homens que trajaram estas galas e fizeram tão respeitável figura, não devem concorrer mais em uma simples sala a que chamamos cabana, não devem contentar-se de que os ouça com atenção e louve sinceramente quem os conhece. Isto é pouco. Se eu sei, se eu sou poeta, se eu sou orador, quero que me apontem com o dedo, quero que todos me conheçam; e isto, se é fruto que pode colher-se em uma Academia, chega tão tarde que já não merece estimação.

Eis aqui, senhores, a desatinada soberba que se apoderou da nossa fantasia; até que, fatigadas, nossas esperanças desmaiaram. Quebraram-se nossas forças e, concluindo uma perfeita peripécia, passámos do fausto para a humildade do Estado, para a maior miséria; e cheios de um abatimento de que só nós éramos autores, cruzámos os braços e oferecemos os pescoços, para nos atar ao jugo uma mão que não se atrevia a erguer-se contra a Arcádia: quero dizer, derramou a inveja, a preguiça e a ociosidade sobre nós todo o seu intolerável veneno.

Estes vícios com mais ou menos força tomaram posse de nossos discursos: uns diziam que a Arcádia não podia subsistir sem patrocínio, como se fosse pouca a tutela de quem é senhora de todo o mundo, dos astros e dos céus; outros julgavam que sem rendas efectivas não podia conservar-se uma companhia de homens sábios, porque sem um escrutínio de prata se não deviam eleger Arcades; outros que era indispensável fazer mais sessões públicas; porque este foi o único objecto da fundação da Arcádia, ainda que tal não lembrou aos fundadores; outros, finalmente, que não podia subsistir uma sociedade sem se efectuar a impressão de suas obras, pois sem este penacho ninguém podia fazer bem versos, nem exercitar-se na arte de persuadir, e que o público queria ver com vagar e com seus próprios olhos os nossos defeitos; que para satisfazermos tão sincera vontade, devíamos, à custa de nossa reputação, fazer-lhe este gosto. Para isto é que se fundaram Academias, e sem isto depressa acabam ou se arruinam.

Se estes ridículos pensamentos não achassem aceitação e talvez aplauso entre nós, porque passaria tanto tempo sem nos ajuntarmos, porque não haveriam sessões? Para que despreziáramos tão honrado exercício e nos esqueceríamos do que prometemos à Pátria?

Envergonhemo-nos, senhores, da repreensível cobardia, de tão culpável

indolência. Contentemo-nos com o que cabe em nossas forças, que não é pouco vermos-nos livres de credores, e de credores que talvez imaginassem que não só lhes deveríamos a fama, mas até os entendimentos. Não é pequena a glória de merecermos grande aplauso e saber-mo-lo desprezar.

Tempo, tempo virá em que cheguem os ecos do nosso merecimento aos ouvidos de quem o estima, de quem o conhece e de quem o protege, ainda quando o descobre desvalido, pobre e desprezado.

Já nós ouvimos da sua boca promessas que não hão-de faltar, e foi a nossa cobardia quem deixou fugir a ocasião. Cuidemos em merecer o prêmio, que é mais fácil consegui-lo do que merecê-lo; e ordinariamente o deseja quem o não merece. A Arcádia fundou-se para adiantamento das Belas Letras, e não para fazer ostentação de talentos, para divertir o público, ou para dar que fazer aos prelos.

Porém, Arcades, que força de entusiasmo me obrigou a fazer uma declaração, estando obrigado a discutir hoje nesta assembleia algum ponto de Retórica ou de Poesia? Quem faz caso dos meus clamores, ou quem não conhece que eu sou cúmplice dos mesmos delitos de que me faço acusador e talvez juiz? Assim é, senhores, mas se não houver quem advirta estes abusos, quem advogue pela causa comum, ficará a Arcádia eternamente sepultada em tão feio letargo. Eu não vos crimino, não vos acuso, choro e quero lamentar-me convosco, quero convosco prantear a nossa desgraça, quero lembrar-vos que prometestes ensinar-me quando me chamastes para esta sociedade. Não posso, não sei, não me atrevo a concorrer para a última ruína da boa fama e sólida reputação que tínhamos adquirido entre os nossos compatriotas. E que matéria mais digna de ser tratada por um Arcade, não só zeloso da honra da Academia, mas até da glória da Nação? E se devo com efeito tratar de alguma regra de Poesia, farei uma pequena reflexão sobre as qualidades e natureza de peripécia, alma da tragédia.

A peripécia é uma súbita mudança do estado próspero para um abismo de misérias e de horrores. Assim Édipo, rei de Tebas, marido de Jocasta, venerado por sábio e honrado com o ilustre nome de libertador e pai de seus vassallos, possuído por uma veemente ambição de conservar este inestimável título, vendo devastar aquela populosa cidade uma voraz e inexorável peste, tanto examina, tanto se obstina e a tanto se atreve que o mesmo ardor da sua curiosidade o precipita em um pélagos de angústias, de maldição e de remorsos: acha-se marido de sua mãe, filho de sua esposa e irmão de seus mesmos filhos. Autor da ruína da pátria, objecto da ira divina, réu de suas mesmas imprecações, execrando, abominável, ímpio e prófugo, arranca os próprios olhos e foge de Tebas.

Eis aqui a mais perfeita peripécia que viu o teatro de Atenas e que talvez verão os de todo o mundo. Quereis outro exemplo?...

Mas, senhores, que matéria escolhi para a minha oração? Que estranha força torna a pôr-me a Arcádia diante dos olhos? E que fatal exemplo da inconstância da fortuna me não representa o torpe esquecimento com que temos tratado os progressos e vantagens da Arcádia? Quem não esperaria que uma companhia tão numerosa, composta de sujeitos tão dignos da pública estimação, havia de ser durável e havia conservar-se apesar do génio da Nação? Apareceu em triunfo; louvou o maior dos reis e o maior dos ministros, e foi louvada pelo maior dos reis e pelo maior dos ministros. E guiada por sua mesma vaidade caiu no estado da miséria. Os seus próprios filhos, os seus maiores amigos, todos fugiram, todos a desampararam, quebrando-lhe as forças e esquecendo-lhe o nome os mesmos que o receberam dela.

Há espectáculo mais digno da nossa comiserção, ou painel mais capaz de provocar o nosso pranto ou finalmente mais trágico exemplo e modelo de uma perfeita peripécia?

Contemplai, ó Arcades, o aparato desta cena e se sois Portugueses, se amais as ciências, se desejais adquirir um nome honrado, não desampareis a Arcádia, continuai as vossas sessões. Não desanimeis, que nos perigos é que se conhecem as almas grandes; na força da tormenta é que o coração ilustre deve mostrar-se forte. Se, com efeito, há alguma força que nos oprima, o que não devemos crer, agora é que estamos obrigados a desempenhar nossa palavra, a mostrar-nos constantes, fortes e animosos. Zombaremos da inveja, pisaremos a ambição, triunfaremos da cobardia, renascerá a Arcádia, renascerá a vossa fama.

APÊNDICE À ORAÇÃO QUINTA

Texto da edição de Roma correspondente aos primeiros quatro parágrafos da actual edição

A protecção de Deus, que tantas vezes experimentou o reino de Portugal, nunca foi mais visível do que agora que evidentemente nos mostrou que erguia para guardar as reais virtudes de V. M. o mesmo omnipotente braço com que fundou para si este glorioso Império: salvou-nos a necessária e preciosa vida de V. M. rebatendo os golpes do mais execrando e abominável parricídio; dissipou a feia tempestade que esteve iminente a Portugal, e o raio que vimos aceso sobre nossas cabeças apagou-se, desfez-se em fumo, desapareceu! Arrancou das mãos dos traidores o ferro e o fogo com que se armavam para assolar a pátria, queimar as cidades, demolir os templos, profanar os altares, abolir as leis mais santas e sacrificar a seus perniciosos interesses o sangue de inocentes compatriotas.

Este e não outro era o plano de tão horrenda conjuração; este foi o projecto que forjaram as sacrílegas máximas do ódio, da hipocrisia, da ambição e da soberba. Mas amparou-nos o Céu, escaparam as nossas vidas, as nossas honras e as nossas fazendas. Ainda há Lisboa; ainda temos rei; ainda temos pai.

Eis aqui, Senhor, o inestimável bem e o evidente milagre que os Portugueses, como fiéis e legítimos vassallos de V. M., celebram com incessantes votos em todas as igrejas: ali humilhados à roda dos altares, na presença do Altíssimo, com as mãos erguidas, com os olhos cheios de lágrimas e os rostos de alegria, jurando sua antiga fidelidade, agradecem em repetidos cânticos de júbilo e solenes acções de graças a milagrosa conservação da sacratíssima pessoa de V. M. Nas casas, nas ruas e nas praças, em toda a parte, soa o grande nome de V. M., repetido com inexplicável prazer entre reiterados vivas e altas aclamações.

Estes ecos da pública alegria, estas protestações de amor e vassalagem, não devia escutá-las com indiferença uma sociedade composta de honrados e leais vassallos. A Arcádia, que tomou sobre os seus ombros o ilustre peso de transmitir à posteridade acções de Portugueses beneméritos, havia de ser muda testemunha do júbilo de todo o reino? Que século passaria em que os vindouros não acusassem tão detestável silêncio? Que vergonhosa não fora a tradição dos seus progressos se, cotejadas nossas memórias com a crónica de V. M., não se descobrisse nela dignamente assinalado o zelo, a prudência e a justiça com que V. M. desagrovou a honra e a glória da Nação?

Sofra pois a modéstia de V. M. que repetindo a Arcádia algumas das heróicas virtudes que adornam sua grande alma, exponha aos olhos de todo o mundo quanto devem os Portugueses estimar a preciosíssima vida de V. M. e a justiça com que lhe dão os grandes nomes de pai da pátria e delícias de seus vassallos, pio, magnânimo e justo.

Transcrição de José Barbosa Machado baseada na edição de 1778 e na edição de Roma, confrontadas com a edição de António José Saraiva (Lisboa, Sá da Costa, 1958). Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2003

<http://www.ipn.pt/literatura>
